

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA



BRAGA

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA



BRAGA

Notas para uma revisão sistemática dos estudos locais *

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA **

Este artigo é a versão corrigida e ampliada da comunicação que apresentei ao 1.º Encontro Minho: *Identidade e Mudança* (Braga, 6 e 7 de Dezembro de 1990). Tinha, então, como principal fonte inspiradora a intervenção de Augusto Santos Silva (1984), feita num Seminário sobre Estudos Locais, e como objectivo essencial contribuir para a temática geral desse Encontro de uma forma algo inusitada: redescobrir e valorizar a natureza e as potencialidades de uma região a partir da produção monografista, surgida desde os alvares do séc. XIX até hoje.

A escolha deste enfoque radicou na premissa de que sem tais instrumentos de descrição e de análise é quase impossível atingir um adequado conhecimento das realidades locais, fundamentador de políticas de regionalização globalmente correctas e viáveis¹.

* A preparação deste texto só foi possível graças à confluência de vários apoios. Destaco, em primeiro lugar, o estímulo e a colaboração do meu colega e amigo, Dr. Henrique Barreto Nunes. Em segundo, uma palavra de agradecimento para outro colega e amigo: o Dr. Augusto Santos Silva, que me autorizou a usar dados expostos numa palestra proferida em 1984. Não posso esquecer, também, a forma prestável como os Drs. Daniel Ribeiro, Maria João Calheiros, Manuela Barreto, António de Sousa Araújo, Ernesto Castro Leal e Sr. Carlos Basto souberam preencher muitas lacunas do texto e do levantamento bibliográfico incluído em anexo.

** Assistente de Investigação (Universidade do Minho)

¹ A este propósito, Augusto Santos SILVA expressou, no sugestivo artigo *A Utilidade das Monografias Locais*, publicado no «Jornal de Notícias» de 23/08/1983, idêntica opinião: «Ora enquanto modos de conhecimento de realidades sociais, as monografias locais e regionais possuem — para lá das virtualidades indiscutíveis do método de estudos de casos, no campo da pesquisa científico-social, e do interesse genérico enquanto instrumentos de interesse para o inventário do país que vamos sendo — uma

Propôr uma pesquisa, uma reflexão e um debate sobre o Minho do presente e do futuro, avançando de trás, isto é, do passado para a frente constituiu, afinal, o sentido último do meu contributo, assente num esquema em cinco pontos:

1. História da evolução dos estudos locais e das diversas formulações teóricas e metodológicas tecidas, até agora, sobre eles.
2. Quadro geral (por amostragem) das referências ao Minho em trabalhos monográficos de âmbito nacional.
3. Análise das principais monografias sobre o Minho à luz da perspectiva crítica consagrada no primeiro ponto.
4. Recensão crítica e geral das partes, ou seja, das monografias relativas às terras e aos concelhos da província alto e baixo minhota (ou sub-região, porque parte integrante de um espaço maior: a região norte), complementada por um primeiro *levantamento bibliográfico dos estudos locais minhotos* (ver *Apêndice-4*).
5. Projecção de um modelo alternativo que ouse desafiar o futuro.

1

O termo monografia, apesar da equivocidade que lhe é própria, tem sido vulgarmente identificado com o recitativo de incidência local, que descreve as características geo-morfológicas de um espaço — freguesias, concelhos ou regiões —, que narra as origens e os sucessos da história política, administrativa, económica, religiosa e artística dos homens aí sedeados, que evoca, enfim, «*as mais complexas e completas manifestações do seu viver social*» (Laranjo Coelho 1935: 6). Trata-se de um sentido específico e único, que só recentemente encontrou réplica adequada numa expressão, a meu ver, mais ampla e sugestiva — *estudos locais*. Mais ampla porque consagra, em definitivo, a vocação tanto investigativa, como pluri e interdisciplinar de tais cometimentos discursivos e mais sugestiva porque não oculta a forte componente espacial dos mesmos.

A par destas duas designações há ainda uma terceira, que tende a generalizar-se. Trata-se da expressão *monografia local*.

evidente utilidade pública, a curto prazo. Elas deveriam servir de suporte — um dos suportes — das estratégias de regionalização. Na verdade, só através de monografias, teoricamente actualizadas e institucionalmente coordenadas, seremos capazes de aperceber analiticamente — ou seja, para além das simples intuições, das ideias feitas ou das receitas abstractas e universais — a cultura, a história, a estruturação social própria de cada região, e assim tê-las em conta na nossa acção sobre ela».

Mas por mais importantes e úteis que as precisões terminológicas possam ser, prefiro avançar por outros caminhos, traçando de imediato uma breve panorâmica da evolução semântica que o processo monográfico ou, dito de outro modo, que a prática dos estudos locais teve em Portugal na época contemporânea.

Até 1847 — ano da publicação da portaria de 8 de Novembro, em que é exigida a cada Câmara a organização regular dos «Anais do Município» (*ver Apêndice-2*) — sucederam-se vários marcos e a sua soma dá um percurso digno de ser evocado (*ver Apêndice-1*).

Na prática, essa lei de 47 foi quase letra morta, mas a conjugação de certos factores decisivos como a sobrevivência do «espírito antiquarista» de setecentos, a expansão do romantismo e a afirmação ideo-política do Estado Nação proporcionou o fomento irreversível dos estudos locais em três importantes direcções:

- a corográfica e afins;
- a literária: crónicas de viagens ou guias de carácter histórico-turístico, como os do caminho de ferro; e
- a erudição histórica: apontamentos e/ou subsídios para a história de...

No género corográfico merece especial destaque o paradigma inscrito na obra do P.º Carvalho da Costa, enfatizado mais tarde no utilizadíssimo (não obstante os muitos erros e fantasias) *Portugal Antigo e Moderno* (1873-1890) de Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia. No género literário impôs-se a retórica cravejada de um lirismo estéril. E, por fim, no género historiográfico começou por predominar um pré-positivismo resultante da falta de apoio arquivístico mínimo (inexistência de Arquivos organizados e de crítica de fontes) e caracterizado pela colagem cronológica de factos passados, geralmente rematada sob a forma de um guia «turístico-monumental» do presente: ilustra-o a obra *O Bairro Alto de Lisboa* (1879) de Júlio Castilho (autor, também, da monumental obra *Lisboa Antiga. Bairro Orientaes*, concebida como um vasto repositório de informação histórica, arqueológica, artística, etc.).

O desenvolvimento destes géneros e, especialmente, dos dois últimos ficou a dever-se, na sua maioria, a autores naturais ou filhos adoptivos das localidades tratadas: padres, escritores-literatos, funcionários administrativos ou ainda notáveis locais. Em comum tinham, sobretudo, a mesma motivação essencial, que impeliu mestre António a imprimir o seu *Tratado* em 1512, ou seja, a expressão clara de um grande amor pela terra e o desejo de a glorificar.

Feita sem quaisquer apoios de carácter institucional, essa apologia das virtudes da terra não se fundava, contudo, num mero sentimentalismo. Os seus

objectivos implícitos eram, pelo contrário, bastante concretos: defender vários melhoramentos para a terra, estimular uma forte consciência bairrista e reforçar o prestígio local do próprio autor.

Com o tempo e à medida que ia chegando de França a influência positivista, o processo monográfico foi-se abrindo à preponderância da matriz histórica (evocação das origens e narrativa encadeada dos factos eclesiásticos, político-administrativos, militares...), sem no entanto se desligar da corográfica e sem também deixar de aderir, muito em breve, ao paradigma etnografista de Leite de Vasconcelos.

Refira-se, a propósito, que a lição precursora de Alexandre Herculano, corporizada exemplarmente na base documental dos *Portugaliae Monumenta Historica*, não foi, de modo algum, estranha a essa inflexão.

A introdução da metodologia positivista fez-se sentir, como é sabido, na produção historiográfica tanto a nível nacional, como a nível local e teve como consequência imediata uma nova atitude perante os acervos documentais e os vestígios arqueológicos. A consulta directa de fontes manuscritas, de origem e natureza diversas, instituiu-se como alternativa ao uso e abuso dos tratadistas antigos e dos corógrafos modernos (séc. XVIII), orientando o trabalho erudito no sentido da busca, salvaguarda e tratamento do material arquivístico.

Não foi tarefa fácil, nem tão pouco linear, mas mesmo assim há um conjunto significativo de casos que a ilustram evolutivamente: em 1866 saía no *Jornal do Povo* a 1.^a edição da *Notícia Descritiva da Muito Nobre e Antiga Vila de Barcelos* escrita por A. M. do Amaral Ribeiro, com a particularidade interessante de recorrer frequentemente a dados inéditos extraídos de livros dos cartórios notarial e municipal, de treslados de escrituras e de instituições vinculares e ainda de correspondência oficial e particular; em 1877 era impresso nas oficinas da Universidade de Coimbra um opúsculo do estudioso vianense Luís Figueiredo da Guerra intitulado *Esboço histórico. Viana do Castelo*, onde se pode apreciar a capacidade do historiador erudito para combinar o conhecimento dos autores gregos e latinos, de velhas crónicas e de tratados medievais e modernos com a consulta directa quer de testemunhos epigráficos e arqueológicos, quer de documentos existentes em cartórios civis e eclesiásticos, públicos e privados; nesse mesmo ano Alberto Pimentel publicava a sua *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*, feita segundo a metodologia usada também pelo anterior, mas de que resultou obra mais rica, completa e documentalmente muito recheada (ver *Apêndice-3a*); em 1885 e nos anos seguintes (até 1904) eram dados à estampa os 15 volumes dos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, organizados pelo arquivista da Câmara Municipal Eduardo Freire de Oliveira e logo convertidos em modelo da publicação integral de fontes (ver *Apêndice-3*); e, em 1886, Gabriel Pereira começou a editar (em cadernos

temáticos) os seus *Estudos Eborenses*, nos quais a pesquisa documental (assistemática, mas rigorosa) surge claramente assumida como sólido pilar da historiografia local ².

As duas últimas décadas do séc. XIX, marcadas por uma rica e complexa conjuntura sócio-económica, ideo-política e cultural, foram, na verdade, o período genésico do que me atrevo a designar por monografia-tipo contemporânea, ou seja, todo aquele trabalho de base historiográfica que concatena à maneira positivista informações documentais com referências arqueológicas, artísticas e etnográficas num certo espaço geográfico, assinalado pelo imprescindível mapa ou carta do território (por exemplo, o concelho com suas freguesias), mantendo subjacentes — e até reforçados — o amor pela terra e a apologia das suas virtudes. Um figurino aliciante, para o qual muito contribuíram novas condições institucionais: a imprensa abriu-se por completo à difusão dos estudos locais; os párcos foram aderindo a tais projectos; com um nítido atraso relativamente à França e à Inglaterra ³, começaram a surgir as associações de sábios (as «*sociétés de savants*» francesas), como a *Sociedade Martins Sarmiento* em Guimarães (1882) ou *O Instituto* de Coimbra, vocacionadas para um desenvolvimento pluridisciplinar desses estudos; e, ligadas ou não a essas sociedades, fundaram-se revistas (a *Revista de Guimarães*, a *Revista do Minho* ou *A Tradição*) que viriam a abarcar múltiplas abordagens (literárias e científicas) da realidade envolvente.

A nítida e progressiva presença de elementos etnográficos no corpo da monografia-tipo, nascida em fins de oitocentos, explica-se pelo poderoso paradigma etnografista, introduzido científica e institucionalmente por José Leite de Vasconcelos ⁴, o qual veio a ser secundado no norte pelo grupo da *Portugália*. *Materiais para o estudo do povo português* (Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, entre outros). Um paradigma descritivo (baseado na observação directa) que invadia campos disciplinares diversos, como a Filologia, a

² Denominador comum da erudição de um Gabriel Pereira ou de um Figueiredo da Guerra ou até de um Martins Sarmiento e de um Alberto Sampaio foi a atenção que todos eles dispensaram não apenas ao documento escrito (de preferência manuscrito), mas também àquilo que João Rosa (organizador e anotador dos Estudos Diversos de Gabriel Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934) chamou de «documentário histórico, artístico e arqueológico».

³ Segundo AMBLER, R. W. data do 1.º quartel do séc. XIX a intensa disseminação e incremento de «sociedades antiquárias» debruçadas sobre o passado da respectiva localidade (Id. — *Uma disciplina para adultos — A História local no ensino de adultos em Inglaterra*. «Revista Portuguesa de Pedagogia», Coimbra, 24, 1990, p. 431-450).

⁴ O «império» científico-institucional que Leite de Vasconcelos teve mérito e a sorte de Criar assentou na sua obra, de que destaco os 7 volumes da célebre *Etnografia Portuguesa*, em revistas como a *Revista Lusitana*. *Arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal* e no Museu Etnológico.

Arqueologia ou a História, e que oferecia a possibilidade de uma caracterização tradicional (ou definição da identidade sócio-cultural) das populações monografadas, tão sugestiva e tentadora, quanto perigosa; é que ela podia prestar-se a grosseiras interpretações bairristas!

A par desse modelo e na mesma época surgiram outros não menos inovadores e estimulantes, que, no entanto, passaram quase despercebidos. Refiro-me, em concreto, às propostas de Oliveira Martins e de Frederico Laranjo e ainda aos «protótipos» de Alberto Sampaio, de Silva Picão e de Pinto Carvalho (Tinop).

Enquanto Oliveira Martins, fiel ao seu sociologismo, defendia o fortalecimento dos estudos locais num quadro histórico evolutivo, que acabava por valorizar a actualidade, Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, incitava os seus alunos a produzirem sobre as suas terras de origem monografias voltadas para os aspectos económicos e demográficos (ver *Apêndice-3*): dois exemplos apreciáveis desta tendência foram o trabalho de Graça Afreixo *Memória histórico-económica do concelho de Serpa* (1884) e o de Álvaro Maria de Fomelos *Memória histórica do concelho de Mesão-Frio* (1886). Próximo da ideia de Laranjo andou o decreto de 17 de Julho de 1909 do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, António Alfredo Barjona de Freitas, que instituiu um concurso anual de *Monografias de freguesias rurais* para servir de «ensaio e início do inquerito geral à vida económica da nação portuguesa, cuja necessidade todos reconhecem» (ver *Apêndice-2*).

Trabalhos igualmente práticos, que pressupunham, contudo, a existência de uma perspectiva teórica própria, foram os de Alberto Sampaio, de Silva Picão e de Tinop: o primeiro — abastado proprietário minhoto e erudito típico da sua época — ergueu, através de estudos como *As Vilas do Norte de Portugal* ou *O Minho rural e industrial*, os alicerces de uma História económica regional, que só cerca de 60 anos mais tarde começaria a ser devidamente apreciada (Alberto Sampaio 1923); o segundo — latifundiário elvense, amigo e conterrâneo de António Tomás Pires, etnógrafo bem relacionado com Adolfo Coelho, Teófilo Braga⁵ e, principalmente, com Leite de Vasconcelos — procedeu a um minucioso registo/inquérito sobre a estrutura da propriedade alentejana, a organização do trabalho rural, a caracterização do pessoal empregue, a tipologia das alfaias agrícolas e os sistemas de cultivo (Silva Picão 1983); finalmente, o terceiro publicou em 1903 um interessante estudo

⁵ Da vasta obra deste eminente cultor do positivismo em Portugal, limito-me a destacar aqui *O Povo Português* (2 vols., 1885), considerada por Jorge Freitas Branco como «a fase mais acabada, de componente expressamente etnográfica, na obra de Teófilo Braga» (Cf. BRANCO, Jorge Freitas — *A Propósito da Presente Reedição*, in BRAGA, Teófilo — *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 16).

histórico e analítico do Fado, bem documentado e escrito de forma assaz sugestiva, onde acabamos por encontrar um deslumbrante retrato da sociedade lisboeta dessa época (Pinto de Carvalho 1982).

Entre a década de 80 e o 1.º quartel do séc. XX houve uma primeira grande proliferação de monografias locais e regionais e um assinalável incremento da perspectiva turístico-cultural, expressa em roteiros mais ou menos corográficos como *O Minho pittoresco* de José Augusto Vieira (1886), o *Barcellos. Guia illustrado* de Joaquim Leitão (1908) ou o *Manuel du Voyageur en Portugal* de Mendonça e Costa (editado pela «Propaganda de Portugal» nesse mesmo ano). O peso dessa perspectiva na produção monografista foi aumentando significativamente, impondo-se durante a vigência do Estado Novo como expediente predilecto dos organismos oficiais de propaganda (especialmente o *Secretariado Nacional de Informação, de Cultura Popular e de Turismo*): permitia, por um lado, exhibir para fora, para o estrangeiro um perfil imaculado do país e, por outro, promover no seu seio a actividade turística e comercial.

Conscientes da força e da importância que os estudos locais mostravam ter e preocupados com os riscos (perda de rigor científico e produção de meros estereótipos) que o seu êxito podia comportar, Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo decidiram introduzir uma certa ordem no processo.

O primeiro (Manuel Silva 1913: 182-183) publicou um brevíssimo texto de duas páginas — *Schema d'história local* — contendo um programa concreto ou, se se preferir, um plano inspirador para a redacção de qualquer monografia local (ver *Apêndice-3d*), precedido destas importantes considerações:

Comquanto em Portugal não haja ainda, rigorosamente, uma methodologia d'estes estudos e, sobre tudo, uma organização de character official e sufficientemente dotada para tal fim, ao invéz do que se vai fazendo na vizinha Hespanha e de que a Revista de Historia deu minuciosa e interessante noticia, a pag. 263/70 do N.º 4, é certo que, d'onde a donde, surgem collaboradores para essa grande obra de reconstituição scientifica da Historia patria, offerecendo, é certo, generoso e espontaneo concurso, mas demonstrando ainda defeituoso norteamento no trabalho e ingenuo espirito de critica, na selecção dos elementos colhidos.

Em assumpto de tanta monta, pois d'elle depende a solidez da construcção d'um monumento nacional, não serão demasiadas todas as cautelas e o estabelecimento d'uma apertada fiscalisação das origens e historia das localidades. Muita coisa corre com foros d'authenticidade, quando não passa da espherada anedocta ou da lenda: muitas datas se contradizem e muitos factos estão ainda

eivados d'inexactidão que os falsificam e anulam, tudo porque, até ha pouco, Historia tem sido amontoar datas, nomes e ocorrencias, sem contraprova e sem assento racional de causas e feitos.

Por sua vez, o segundo (Fidelino de Figueiredo 1915: 185-189) enviou para o Director da *Limiana. Revista literária pontelimensê*, uma curiosíssima carta-artigo, na qual começa por dizer que «*uma revista local, sem excluir propositos litterarios, pôde sobremaneira contribuir para o desenvolvimento e avigoramento do tradicionalismo local, dando a base racional ao sentimento da terra e arraigando o espirito municipalista*». Propõe, de seguida, que o país seja dividido em províncias históricas — divisão, a seu ver, mais sensata que a administrativa em distritos —; que nas capitais dessas províncias a publicação de uma revista devia visar a divulgação, narrando «*acontecimentos das guerras peninsulares e civis, da política nacional, etc.*» e explicando «*todas as curiosidades historicas, padrões, brazões, palacios, templos, castellos, pelourinhos, quadros, ruinas, etc.*» e que, ao mesmo tempo, «*por quotização entre as municipalidades*», se deviam publicar «*volumes de documentos dos archivos publicos e particulares, elaborados todos de accordo com um plano préviamente estabelecido, quanto à maneira de extractar, de grupar e de classificar, de fazer os indices, etc.*». Opina ainda: «*quando alguns eruditos houvessem elaborado as suas monographias locaes, seria possivel incluir no programma do ensino primario, como ha tanto tempo se deseja, um capitulo sobre a historia da região ou da cidade ou da villa, em que a creança passa a sua infancia e na qual trabalhará, quando adulto*». Mais adiante lembra a necessidade de subordinar as monografias locais «*a um plano geral, a um mesmo typo que preveja omissões e que impeça superfluas ostentações de erudição, nem sempre guiadas por um severo espirito critico*» (cita, a propósito, o artigo de Manuel Silva). E, por fim, conclui, recuperando para a prática da história local o exemplo de Herculano:

Os que advogam uma politica municipalista e regionalista e nesse sentido se começa a esboçar um pequeno movimento — encontrariam na historia local a base para o seu systema, pois que para cada municipio particular será preciso fazer o que Herculano fez para a instituição geral, accordá-lo. A legitimidade da descentralização administrativa pôde defender-se, mas o que, sem se activarem os estudos de historia local, se não pode affirmar é que a tradição municipal perdurasse, através de toda a historia patria, viva e pura.

Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo foram particularmente sensíveis ao clima de revivalismo municipalista e regionalista que, então, muito se fez

sentir. Por imperativos positivistas perfilharam a hegemonização de uma concepção única de fazer história (distanciada da mera curiosidade anedótica e valorizadora da função interpretativa no plano amplo das ciências sociais), tanto através dos diversos graus do ensino, como dos eruditos locais. É que a História era — e não só para eles, mas também para outros eruditos coevos — a coluna vertebral dos estudos que deveriam ser feitos nas aldeias, nos concelhos ou nas províncias.

Volvidos catorze anos, mais precisamente em 1926, Tito de Sousa Larcher publicava em Leiria um primeiro (mas, ao que sei, único) volume dos *Estudos de Regionalismo* (Sousa Larcher 1926) com o subtítulo *Divisão provincial em Portugal e especialmente a delimitação da região centro* a que juntou como complemento final «*uma tese, que tinha preparada para o Congresso Municipalista, que não se chegou a realizar, e cujas conclusões já tinham sido aprovadas no Congresso de Educação Popular promovido pela Universidade Livre com sede em Lisboa intitulada — Os Arquivos, Bibliotecas e Museus*». Esta tese parte da discussão em torno dos modelos de divisão geográfico-administrativa, com destaque para o modelo tradicional⁶, e da defesa do seguinte princípio: na «*grande divisão administrativa, devemos atender à tendência manifesta, e já em parte em realização prática, de três grandes regiões*» — Norte, Centro e Sul. E acaba na formulação de uma curiosa proposta estruturante, pensada mais para o presente e o futuro, mas com óbvias implicações monografistas (ver *Apêndice-3g*) e com um forte sentido corporativo:

Desse mesmo ano data um pequeno artigo de Possidónio Mateus Laranjo Coelho, intitulado *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da História Geral portuguesa* (Laranjo Coelho 1926: 285-303) e que contém uma espécie de balanço sumário da historiografia local. Para Laranjo Coelho a importância desta disciplina radica no axioma segundo o qual é «*impossível fazer a história interna de um país, completa, em todos os seus*

⁶ Sousa Larcher resumiu-a assim: «*A divisão tradicional, é a que estabeleceu as cinco províncias, não porque correspondessem a condições étnicas, ou de interesses sociais diversos, mas para melhor conhecer a situação das localidades, em relação ao país, e assim foi que ao firmarem o seu domínio além das suas fronteiras, os habitantes do primitivo Condado Portucalense passaram a chamar Além dos Montes ou Trás-os-Montes, ao terreno que primeiro conquistaram, ficando a parte inicial a ser designada por entre Douro e Minho, ou Aquém dos Montes. // Atravessando o Douro, chamaram Beira, à parte do terreno que lhes ficava ali à beira enquanto ao litoral, situado in extrema Durius, se designou por Extremadura, e que se estendia desde a foz do Douro até à do Tejo —, tendo-lhe sido tirado no reinado de D. Duarte, a favor do Minho —, Gaia, Vila Nova, e mais tarde Feira. // Tudo o mais, além do Tejo, ficou sendo designado por Além Tejo, compreendendo o Algarve e Além Guadiana. // Foi esta a divisão provincial que durou até fins do Século XVI, e que parece se estendeu talvez pelo século XVII».*

múltiplos aspectos e nas mais variadas manifestações da sua actividade, sem o auxílio e os elementos indispensáveis que só as monografias exactas e minuciosamente elaboradas das suas localidades lhe podem fornecer» (p. 285). Na sua opinião, convinha, pois, apostar em tais estudos e garantir a sua feitura de acordo com o espírito crítico e científico prevalecente nos meios académicos e convinha ainda tomar como exemplo os melhores esforços produzidos no país e no estrangeiro ⁷.

Nesse artigo são citadas valiosas contribuições: os inquéritos corográficos da Academia Real da História; a obra e o movimento que Alexandre Herculano (directo inspirador da Portaria de 1847, atrás citada) lançou sobre o municipalismo; as colecções de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa; os trabalhos de eruditos locais⁸ como o Abade de Baçal, P.º Francisco Manuel Alves (Oliveira Marques 1988: 85-91), monografista, algo peculiar no seu tempo, que se soube defender da retórica vazia do bairrismo, transmitindo nas suas *Memórias*

⁷ Segundo Laranjo Coelho eram vários os países europeus que haviam compreendido as vantagens das monografias locais: a Alemanha, a Itália, a Suíça, a França e a vizinha Espanha. Mas foram estes dois últimos os que mais prenderam a sua atenção. Do primeiro escreveu: «*vastos exemplos nos poderá dar a França, já com valiosas contribuições de toda a ordem no estudo da história local, estudo que hoje ali se faz num laborioso e fecundo afã de que nos dão testemunho as interessantes monografias publicadas ou anunciadas na bela revista de erudição, Bibliothéque de l'ecole des Chartes*» (1926: 288). E do segundo destacou a obra do *Centro de Estudos Históricas*, dizendo que «*é já notável a sua tarefa nas diferentes secções em que distribuiu os diversos trabalhos do seu estudo, entre os quais se incluiu também a preparação de monografias locais baseadas nas fontes autênticas de informação histórica. Nesse sentido as missões científicas organizadas pelo Centro têm feito a exploração metódica dos materiais inéditos do seu Arquivo Histórico Nacional e de outros, dos cartulários e documentos soltos procedentes de várias igrejas e mosteiros, emfim tem recolhido e estudado, numa tarefa digna de se enaltecer e imitar, tudo quanto possa ser fonte de conhecimento histórico*» (1926: 290).

⁸ Laranjo Coelho, no fim do artigo que tenho estado a seguir de perto, evoca-os da seguinte forma: «*Notáveis e beneméritos são também os estudos feitos e os materiais acumulados pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, no Museu de Belém, como valiosas são também as contribuições de Gabriel Pereira, sobre Évora, de António Tomás Pires, sobre Elvas, as monografias de conscienciosa observação sobre o Algarve, do Dr. Ataíde de Oliveira, sobre Ferreira do Zézere, do Dr. António Baião, as publicações de interessantes documentos sobre Viana do Castelo, de Figueiredo da Guerra, e sobre Braga, de José de Sousa Machado, os elementos para um dicionário de geografia e história do concelho de Elvas, de Vítorino de Almada, os materiais para a história da Figueira da Foz, do Dr. Santos Rocha e o boletim da Sociedade Arqueológica, da mesma cidade, as Memórias Arqueológicas e Históricas da cidade do Porto e a monografia sobre Vila do Conde e seu Alfoz, de Monsenhor J. Augusto Ferreira, o Distrito de Aveiro, de Marques Gomes, o Arquivo Municipal de Miranda do Corvo, de Belizário Pimenta, os estudos arqueológicos do Alto Minho, as monografias do Padre Manuel Aguiar Barreiros sobre a Igreja de Vilar de Frades e outras, o interessante e modelar estudo geográfico intitulado *Bacia do Vouga*, do professor da Universidade de Coimbra, Dr. Aristides de Amorim Girão, além de outras tentativas úteis correspondendo a uma necessidade real da nossa historiografia» (Laranjo Coelho, 1926: 302).*

Arqueológicas e Históricas do Distrito de Bragança (1910-1948) a profunda vivência das realidades locais (Santos Silva 1948); o modelo teórico-prático proposto pelo Professor José Frederico Laranjo; a iniciativa de um grupo de docentes da mesma Universidade materializada, primeiro, no convite em 1909 ao eminente sociólogo Léon Poincard para aí fazer uma série de conferências, destinadas a divulgar os métodos e processos empregues nas monografias dos pequenos agregados urbanos e, depois, na publicação, em português, de um trabalho de vulgarização dessa matéria⁹; e ainda os questionários que, na linha dos inquéritos de setecentos, foram surgindo como, por exemplo, o que a *Comissão dos Monumentos Nacionais* fez imprimir em 1894, a fim de obter dados para o estudo da arqueologia portuguesa (Arqueólogo Português, 1896: 237-238).

Projecto idêntico ao que acabei de examinar, mas mais desenvolvido, viria a ser glosado pelo mesmo autor nas lições proferidas na Academia das Ciências de Lisboa em 27 e 30 de Outubro de 1934 e editadas por esta mesma entidade no ano seguinte (Laranjo Coelho 1935).

Enquadrada profundamente na tradição positivista e reduzida ao campo da História, a mensagem de Laranjo Coelho e confrades não teve no quadro ideológico e institucional do Estado Novo o acolhimento devido, apesar da relativa vitalidade da monografia-tipo contemporânea, que vinha, como já disse, de finais do século passado, e do interesse que um homem do regime — e ilustre professor universitário — dedicou ao tema. Refiro-me a Marcelo Caetano e ao seu injustamente esquecido «plano» para a elaboração de monografias sobre os concelhos portugueses (*ver Apêndice 3f*).

A alteração dos pressupostos políticos, tais como a descentralização, o regionalismo e a democracia, que animaram a produção monografista durante os últimos tempos da Monarquia e toda a 1.^a República, as dificuldades sentidas pela Inspeção-Geral de Bibliotecas e Arquivos (à frente da qual viria a estar durante muito tempo Júlio Dantas) no estabelecimento de uma eficaz e sistemática política arquivística, tendente a promover a salvaguarda, o tratamento e a divulgação do património documental (Manuel Real 1987: 207-246), a «esclerose» de certas entidades a quem competia contribuir para o revigoramento científico no

⁹ Tem por título *O Estudo dos agrupamentos sociais pelo método monográfico segundo F. Le Play e H. de Tourville, notícia seguida do Quadro da classificação dos factos sociais de H. de Tourville e dum Ensaio de Classificação das sociedades segundo Demolins*. Coimbra, Edição do Dr. Serras e Silva, 1909.

Sobre a influência da escola sociológica de Le Play nos estudos locais portugueses do 1.^o quartel deste século veja-se: MEDEIROS, Fernando — *Groupes domestiques et habitat rural dans le nord du Portugal. La contribution de l'école de Le Play (1908-1934)*, in «Les Campagnes portugaises de 1870 a 1930: image et réalité. Actes du colloque, Aix-en-Provence, 2-4 Decembre 1982». Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1985, p. 215-241.

país ou a manifesta insuficiência da válida acção de umas poucas, a primazia dada ao elogio literário da paisagem, da rusticidade e à propaganda «nacional-folclorista» com fins turísticos, que teve no *Museu de Arte Popular do Secretariado Nacional de Informação* um dos seus instrumentos mais sofisticados, são alguns dos factores que ajudam a compreender o panorama dos estudos locais portugueses de 1926 a 1974.

Nos primeiros tempos da autarcia salazarista o ideal regionalista ainda persistiu aqui e além, no seio de pequenos grupos de notáveis (unidos entre si por laços de um tipo de convivialidade em vias de extinção) e das «bolsas» de resistência ao Estado Novo, não tardando, porém, a diluir-se na linha oficial do regime. Com o volver dos anos foram-se somando algumas iniciativas dignas de registo: a continuação dos esforços de Júlio Dantas com vista à organização do património bibliográfico e arquivístico nacional (Manuel Real 1987: 214-220); a publicação do precioso e paradigmático *Guia de Portugal*, promovida pela *Biblioteca Nacional de Lisboa* e prosseguida pela *Fundação Calouste Gulbenkian* (em 5 volumes, de 1924 a 1970); a abertura de um concurso *A aldeia mais portuguesa de Portugal*, em cujo regulamento, publicado a 7 de Fevereiro de 1938, se expressa a intenção de preservar o «povo das aldeias» das «influências alheias e nocivas» através do «renascimento folclórico e etnográfico nacional (Joaquim Pais de Brito 1982: 511-532); a introdução do modelo geográfico de Amorim Girão, acrescido dos trabalhos de Orlando Ribeiro; a divulgação em 1948 e através do *Instituto Para a Alta Cultural Centro de Estudos de Etnologia Peninsular* da primeira «de uma série de sondagens etnográficas que sirvam de base a trabalhos de comparação, interpretação e síntese de maior amplitude» — refiro-me à obra de Jorge Dias, *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária* (ver Apêndice-3h); o repto lançado aos párocos para que escrevessem a história das suas paróquias¹⁰; e, mais tarde, as *Juntas Distritais* apoiariam a realização de exposições ou de colóquios histórico-etnográficos e promoveriam a edição de revistas e boletins voltados para essa temática, como foi o caso de *O Distrito de Braga*, do *Distrito de Aveiro* ou da revista *Beira Alta*.

Mas foi, principalmente, na década de 60 que o papel desses e de outros organismos oficiais melhor se desenvolveu.

Ocorre-me, aliás, referir o louvável projecto da *Biblioteca Popular de Lisboa* de editar a *Bibliografia Corográfica de Portugal* (1962-1978). Ao mesmo tempo,

¹⁰ Colhi esta informação no prefácio da *Monografia da freguesia de S. Lourenço da Montaria do Arciprestado de Viana do Castelo* (Braga, 1942) escrita pelo P.º Francisco José Esteves Bouças. Segundo este autor «A ideia lançada há tempos de se escrever a história das paróquias católicas de Portugal, células preciosas, se não já órgãos, da vida da Igreja e da nação, através dos séculos, sorriu, desde o seu princípio, ao meu espírito observador e amigo do passado, como aqueles que deveras o são».

operava-se um forte revigoração dos estudos etnológicos, com incidência na metrópole e no ultramar (Mário Canova Moutinho 1982: 415-442), graças a um Jorge Dias, a um Ernesto Veiga de Oliveira, a um Fernando Galhano, a um Fernando de Castro Pires de Lima, a um Benjamim Enes Pereira ou a um Eugénio Lapa Carneiro (grande animador do *Museu de Cerâmica Popular Portuguesa*, de Barcelos). Também se intensificou o estudo da arqueologia quer à sombra de velhas instituições como a Associação dos Arqueólogos Portugueses, quer sob os discretos auspícios da Universidade.

No que toca, porém, à elaboração específica de monografias locais pode dizer-se que, à excepção de alguns trabalhos feitos por alunos do ensino superior e profissional sobre a história, as tradições e/ou a evolução demográfica de uma (geralmente a sua) freguesia, vila ou cidade, continuou a campear o amadorismo, a vigorar a monografia-tipo contemporânea com maiores ou menores inflexões turístico-literárias e a prevalecer o velho espírito bairrista.

Após o 25 de Abril de 1974, marco importante na alteração do quadro ideológico e político-institucional condicionador das múltiplas actividades humanas, emergiram novos estímulos e condições para a produção monografista.

Augusto Santos Silva ao fazer o ponto da situação, em 1984, declarou haver duas tendências: por um lado, o esboroamento do bairrismo e, por outro, a aproximação às ciências sociais. No entanto, reconheceu que se observava, também, o ressurgimento do regionalismo típico dos inícios do presente século. Com efeito, a inevitável transição para um novo paradigma não tem sido fácil, enredando-se nas malhas da disparidade.

Anoto, em primeiro lugar, que o óptimo, o menos bom e o medíocre irromperam, nos anos que se seguiram à *Revolução dos Cravos*, um pouco por todo o lado e por efeito de diversos factores que não cabe aqui desenvolver. Bastará, talvez, ver a imprensa dessa época, as actividades culturais promovidas pelas Câmaras e pelas novas e muitas Associações surgidas, a explosão de revistas e boletins, as iniciativas oficiais como aquela que a Direcção-Geral da Divulgação empreendeu através das Edições Terra Livre com a publicação de levantamentos sobre Artes e Tradições feitos por Centros de Estágio de Educação Visual das Escolas Preparatórias de Barcelos, de Portalegre e de Viseu, a espontânea participação das populações na defesa do seu património, as actuações incorrectas de vária ordem e a vários níveis que, ao invés, o têm afectado gravemente, o improvisado e ligeireza com que os estudos locais continuaram a ser feitos a par de bons, mas raros, exemplos, para, enfim, se perceber que o processo desencadeado tornou-se rico, profundo, mas também muito desigual e até contraditório.

Reconheço, em segundo lugar, a progressiva afirmação de um novo estilo na feitura dos estudos locais, provocada por um número cada vez maior de licenciados e de estudantes das ciências históricas e sociais incorporados em projectos de iniciativa universitária (provas académicas, trabalhos ligados a Centros de Estudos Históricos, Arqueológicos, Geográficos, etc.) e municipal (criação de Museus, Arquivos e Bibliotecas, organização dos seus espólios e dos seus fundos bibliográficos e documentais, promoção de campanhas arqueológicas e de exposições etnográficas, etc.), e por uma gradual consciência da vantagem da interdisciplinaridade no âmbito do trabalho científico em geral e na área dos estudos locais em particular. Dois exemplos avulsos apoiam esta impressão positiva: a Secção de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Humanísticos (Porto) promoveu, em 1984, a realização de um *Seminário de Estudos Locais*¹¹ e editou, em 1985, o n.º 3 dos Cadernos *Estudos Contemporâneos* dedicado à *Pesquisa e acção cultural local. Questões de método* e dividido em 4 capítulos: I — *Análise sócio-cultural: linguagem, fontes e métodos* (António Manuel Rolo Lucas: 6-31); II — *Os Estudos de história local* (Rui Graça Feijó: 32-45); III — *Como conhecer o património cultural construído* (Margarida Coelho: 46-79); e IV — *Como conhecer o património etnográfico* (Maria Teresa Viana: 80-94); e uma nova aposta editorial, à escala de todo o país começou por ser assumida pelo *Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico*, que editou em 1981 a monografia etnográfica do Prof. Viegas Guerreiro *Pitões das Júnias* (próxima do tipo de sondagens de Jorge Dias), sendo pouco depois consagrada por, pelo menos, duas Editoras — as Publicações Dom Quixote, através da importante colecção *Portugal de Perto. Biblioteca de Etnografia e Antropologia*¹² e a Editorial Presença com as colecções *Novos Guias de Portugal e Cidades e Vilas de Portugal*.

¹¹ Pode dizer-se que, tendo em conta apenas a sua temática e a natureza das comunicações apresentadas, este Seminário demarca-se claramente dos colóquios promovidos por Academias, Institutos Politécnicos e Escolas Superiores de Educação sobre o papel dinamizador da História Local e Regional. Alguns exemplos: *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal. Actas do Colóquio* (Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975); o *1.º Encontro de História Local e Regional*, iniciado em Lamego e prolongado depois por Mangualde e Viseu, de 8 a 9 de Julho de 1987; e os Colóquios que, também, nesse ano se realizaram em Portalegre (Setembro) e em Santarém (Novembro).

¹² Em todos os volumes da colecção surge impresso o seu «manifesto»: «*Dois critérios presidem à escolha dos títulos desta colecção, critérios esses já sugeridos no próprio nome que a encabeça — Portugal de Perto. Em primeiro lugar, todos eles se reportam ao espaço português, estudando os mais diversos aspectos da sua cultura (poderíamos dizer: das suas culturas). Em segundo lugar, esse estudo é feito mais ou menos de perto, com base num trabalho de recolha directa, e propõe-se, algumas das vezes, trazer para mais perto fatias do real descuradas ou desconhecidas. Tudo isso nos limites de uma área disciplinar que, grosso modo, vai da Etnografia à Antropologia, e dirigindo-se não só aos estudiosos e especialistas, como também à curiosidade do grande público.*»

Sublinho, em terceiro lugar, a crescente valorização das monografias locais enquanto fontes subsidiárias de outros estudos. Um exemplo: “*a utilidade crucial das monografias locais para a investigação antropológica: como fontes secundárias, decerto, mas também e sobretudo, como fontes primárias — «voz local»*” (Joaquim Pais de Brito 1989: 182).

Chamo, por último, a atenção para um facto importante: o renascer de um forte interesse pelos estudos locais estimulou, nestas duas últimas décadas, o aparecimento de algumas propostas metodológicas, que incidiram maioritariamente sobre a História. Facto curioso, que leva a supôr a existência até agora de um maior empenho dos historiadores na revalorização da produção monografista e que nem a recente aposta noutros tipos de abordagem ajuda a desmentir — é o caso do excelente artigo de Jorge Gaspar (1975: 107-152) sobre o tratamento geográfico das aglomerações urbanas portuguesas, do plano de análise monográfica da realidade agrária portuguesa avançado por João Ferreira de Almeida (1977: 789-803), da aliciante perspectiva pluridisciplinar (história, antropologia e sociologia) subjacente aos estudos de comunidade explicitados por Fátima Brandão e Rui Graça Feijó (1984: 489-503) e do guia de levantamento cultural (etnográfico) concebido por Júlio Sousa Martins (1987). E quanto às referidas propostas metodológicas, desabrochadas no terreno da História, destaco aqui cinco, a saber: a de Jorge Alarcão (1982), a de José Viriato Capela e João Arriscado Nunes (1984: 204-268), a de Rui Graça Feijó (1985: 32-45), a de José Mattoso (1988: 169-194) e a de Luís Reis Torgal (1987: 843-867). A de Jorge Alarcão é, de entre todas, a mais desenvolvida, para além de ser a que mais enfatiza o estudo dos vários tipos de património (construído, artístico móvel, arqueológico, etnográfico e natural), sem deixar, no entanto, de insistir em outros aspectos, tais como a introdução de um quadro natural, a reconstituição do «*quadro geo-humano em que as populações viveram*» ou o estudo da vida político-administrativa, da vida económica e da vida artística e recreativa locais (ver *Apêndice-3j*). A da dupla José Capela-João Nunes distingue-se pela incidência na História da Administração Municipal, através do caso específico de Barcelos, para o qual apresenta um esquema classificativo do Arquivo Municipal, que é, também, um programa possível para a elaboração de monografias especializadas (ver *Apêndice-3j*). A de Rui Feijó não privilegia, ao contrário da de Jorge Alarcão, a feitura de monografias locais ligadas de algum modo à herança da monografia-tipo contemporânea, mas sim a redacção de temas específicos, bem delimitados cronologicamente e servidos por fontes homogêneas de séries longas, necessárias para se fazer história económica e demografia histórica. A proposta de José Mattoso aproxima-se, quanto à filosofia de base, da de Alarcão, mas é bastante esquemática (ver *Apêndice-3j*). Finalmente, a de Reis Torgal suscita primeiro uma reflexão sobre as mudanças de carácter ideológico e científico

operadas na escrita da História, enquadra depois nesse processo a historiografia regional e local (de que nos é dada, aliás, uma sugestiva resenha histórica) e termina com algumas sugestões concretas de pendor mais institucional que metodológico (*ver Apêndice-3m*).

Tendo em conta todo este conjunto de contribuições pode colocar-se a questão de saber se elas têm exercido alguma influência concreta no trabalho dos monografistas. É o que tentarei mostrar já de seguida ao deter-me na temática central deste estudo — o *Minho nas Monografias*.

2

Partindo do geral para o particular, proponho-me mostrar o modo como o Minho — tal qual é desde a divisão administrativa desenhada na Lei do Território de 28 de Junho de 1833¹³ — aparece tratado num conjunto de obras monográficas sobre Portugal, entendendo por isto todas aquelas abordagens, mais ou menos literárias, corográficas e turístico-culturais, que visam uma caracterização global do país quanto à sua paisagem, à sua história, à sua diversidade regional, às tradições, costumes e actividades económicas do seu povo e ainda às suas potencialidades.

Sendo-me obviamente impossível consultar todas as obras existentes com os requisitos enunciados, tive de operar por amostragem e com um número relativamente pequeno de exemplos. Mas não obstante esta limitação, penso que o objectivo exposto acabará por ser genericamente atingido.

Por mera comodidade expositiva, decidi agrupar todo o material seleccionado em classes ou grupos, distinguindo aqui três que se interpenetram: as obras de carácter literário com informação variada (corográfica, artística, histórico-cultural...); as de propaganda turística propriamente dita e as de natureza geográfica (*ver Apêndice-4, ponto f*).

Para uma adequada caracterização do primeiro grupo convirá referir que nele cabem, sobretudo, as crónicas e os relatos de passeios exploratórios pelo país em busca, afinal, da afirmação da unidade nacional, construída e conseguida a

¹³ Este diploma desmembrou a tradicional província de Entre-Douro-e-Minho, estipulando no artigo 2.º: «As Províncias são: do Minho, cuja Capital é Braga; de Traz-os-Montes, cuja Capital é Villa Real; do Douro, cuja Capital é o Porto; da Beira-Alta, cuja Capital é Viseu; da Beira-Baixa, cuja Capital é Castello-Branco; da Estremadura, cuja Capital é Lisboa; do Além-Tejo, cuja Capital é Évora; do Algarve, cuja Capital é Faro».

Sobre a sub-divisão do Minho em Alto e Baixo veja-se a explicação sucinta e clara dada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida no seu guia do Alto Minho (1987: 8-10).

partir das óbvias diferenças geográficas, antropológicas e etnográficas, que dão cor e animam o território português. Passeios esses que fizeram as delícias de escritores e estudiosos portugueses da segunda metade do século passado, dos quais viriam a deixar, aliás, largas páginas de impressões e notas, e que nos nossos dias continuam a ser bom pretexto para a aventura de mais um livro, como aquele que José Saramago publicou, não há muitos anos, com o sugestivo título de *Viagem a Portugal* e excelentes fotografias a cores.

Consultando este tipo de textos à procura de uma imagem real e etérea do Minho, acabei por encontrar, nalguns deles, um exuberante feixe de recursos estilísticos atado por duas «ideias-força»: a antiguidade de uma terra que foi o berço de Portugal e a beleza inigualável da sua paisagem (acrescida de referências ao vinho, à gastronomia e às gentes). Alguns excertos de obras e de épocas diferentes ajudam a ilustrar este apontamento:

No inverno, com as árvores despidas e extensos prados de erva tenra — o Minho é todo verde; em Março, com os valados vestidos de giestas floridas, as bouças tapetadas de tojos em flor, e os campos cobertos de pampilos — o Minho é todo amarelo (Antero de Figueiredo, p. 105).

Na igrejinha de São Miguel do Castelo soavam as trindades, e nas ameias do castelo parece-me ver o vulto inconfundível de D. Afonso Henriques, alma gigantesca de patriota, que, olhando os campos em redor, recorda os oito séculos da Nacionalidade (António Montês, p. 124).

Não seria grato atravessar o Minho sem brindá-lo com o seu delicioso vinho verde, tão característico da região. [...] O vinho verde é alegre, é fresco, é leve, e sem responsabilidade. Deixa de lado a inteligência e vai ao coração. Conduz a romaria, ajuda os festejos, torna mais amáveis as raparigas e menos tímidos os amorosos. O rapaz é sempre tão tímido, que ainda na confusa alegria desses encontros tão fagueiros da desfolhada, das romarias, da vindíma, dos bailaricos, só um empurrão do verdasco confia a pisadela de pés ou o beliscão do braço, de uma declaração (Afrânio Peixoto, p. 109).

Nobre e antiquíssimo condado de Antre Douro e Minho, reino da nacionalidade portuguesa, hoje decepado em duas províncias por caprichosa divisão administrativa: Minho e Douro Litoral. [...]

Paisagem de uma beleza quase sempre doce, feminina, na garridez de vales e veigas férteis, mantas farrapeiras tingidas de hortas e milheirais, os corcovos da vide enforcando-se nos troncos pujantes das árvores, ou dosselando de parras os toscos esteios de granito. Viris, as montanhas onde, nas grimpas, há ruínas de primitivas citânias ou panos sombrios de muralhas (António Manuel Couto Viana, p. 10).

E este vale, como explicar o que ele é? A estrada vai andando às curvas, por entre montes e montanhas, e é a costumada formosura, nem o viajante espera mais do que tem. Então, aqui, num ponto entre Fafe e Cabeceiras de Basto, numa volta da estrada, o viajante tem de parar, e na página mais clara da sua memória vai pôr a grande extensão que os seus olhos vêem, os planos múltiplos, as cortinas das árvores, a atmosfera húmida e luminosa, a neblina que o Sol levanta do chão e perto do chão se dissipa, e outra vez árvores, montes que vão baixando e depois tornam a erguer-se, ao fundo, sob um grande céu de nuvens. O viajante está cada vez mais crente de que a felicidade existe (José Saramago, p. 35).

Literária como as anteriores, mas concebida em oposição ao elogio da paisagem minhota geralmente expresso e fonte inesgotável dos estereótipos de que a propaganda turística se tem servido, é a crónica de Abel Salazar intitulada *O Japonismo minhoto*, que não resisto a citar devido à sua curiosa dissonância. Contestando que o Minho possa ser visto como um jardim, porque «*a sua paisagem, como detalhe, é rude e tipicamente rústica*», o autor propõe um outro e inusitado tipo de analogia, nestes precisos termos: «*Com o que o Minho se parece, duma forma por vezes impressionante, é com certos aspectos do Japão; regiões há, nesta província, que se diriam copiadas duma estampa nipónica*» (p. 130).

A rematar este primeiro grupo direi que diferente é também a imagem que Jaime Cortesão procurou gravar no seu *Portugal. A Terra e o Homem*. Preocupado claramente com as origens e formação da nacionalidade portuguesa, Cortesão socorreu-se dos estudos de Orlando Ribeiro, Joaquim de Carvalho e Jorge Dias para valorizar a herança castreja de comunidades agro-pastoris, base sobre a qual se veio a afirmar «*progressivamente o matriarcado, em particular no Minho*» e que ajudará segundo ele, a explicar «*em boa parte a estrutura social e a psicologia das populações ao norte do Douro*». Mas não se esgotaram neste aspecto as suas considerações sobre o Minho: a arte constituiu outro importante centro de interesse. E foi ao desenvolver esta temática que Jaime Cortesão não conseguiu evitar o

elogio da paisagem minhota, associado à emergência fulgurante do barroco: «[...] nenhuma província portuguesa, como o Minho, onde se realiza pelo trabalho diuturno uma identificação tão perfeita do homem com a Natureza, poderia inspirar aquela expressão barroca. Coexistência de templos românicos em profusão e duma paisagem barroca, por excelência, antecipava as condições óptimas para a síntese do romântico e do manuelino, que é, na sua essência, o barroco do Norte — e, por mais essa suprema razão, estilo nacional (p. 69).

No grupo das obras que considero terem sido feitas e publicadas para promover turisticamente o país, fornecendo não só indicações úteis (trajectos, vias férreas e horários dos comboios, hotelaria, correios, etc.), mas também imagens promocionais (de natureza diversa: poética, histórico-cultural, artística e monumental) suficientemente fortes para cativar o turista, distingo ainda dois tipos: os guias turísticos estruturados como tais e as obras que, embora podendo assemelhar-se a um guia, adoptam uma estrutura diversa e têm um alcance propagandístico mais amplo.

De entre os primeiros volto a destacar, por me parecer paradigmático, o *Manuel du Voyageur en Portugal* de Mendonça e Costa, cuja 2.^a edição data de 1908. É um pequeno volume profusamente ilustrado e dividido em trajectos, a maior parte dos quais se centra em Lisboa e Porto. O itinerário relativo ao Minho surge sob as epígrafes de *Route VI. De Porto à Braga par Famalicão et Nice à Guimarães et Fafe par Ermezinde et Trofa* (p. 206-221) e de *Route VII. De Porto à Valença par Trofa, Nine et Vianna do Castello* e aí deparamos com uma resenha histórica de Braga, uma descrição dos seus mais importantes monumentos religiosos. Igual destaque é aí dado a Guimarães, a Viana e terras circunvizinhas. Das fotografias exibidas limito-me a realçar duas: uma dos penedos zoomórficos do Gerês e outra da mulher de Viana com o seu traje típico. Na linha assumida por esta obra podemos ainda incluir o *Guia de Portugal* da Fundação Calouste Gulbenkian ou ainda os *Novos Guias de Portugal* da Editorial Presença.

A fazer um pouco a ponte entre o género guia e o propagandístico temos o *Portugal Económico, Monumental e Artístico*, em 3 volumes, o primeiro dos quais inteiramente dedicado ao Minho — obra «oficialmente recomendada pelo Conselho Nacional de Turismo e por este alto organismo classificada de "interessante e útil para a expansão turística do país"». Organizada segundo o critério da divisão administrativa, principia pelo distrito de Viana e o concelho da capital respectiva, seguindo-se os restantes. Fecha com o distrito de Braga e seus concelhos. Sobre o Minho, visto no seu todo, não há mais que duas páginas de um texto apologético, que começa assim: «Em louvor do Minho, da sua terra fecunda e da sua grei laboriosa e sóbria; da sua paisagem amorável e familiar; do mar luminoso e caricioso, das suas praias suaves e das ondas verdes de pinhais e soutos que lhe

povoam encostas e montanhas; dos seus rios de sonho e dos seus montes, que ao crepúsculo mal se distinguem de nuvens sonolentas...» (p. 5). A apresentação de cada concelho assenta num esquema uniforme ao longo da obra: abre com um texto introdutório da autoria do Presidente da Câmara, sendo depois abordados o aspecto económico do concelho (agricultura e/ou pesca, comércio e indústria), as efemérides históricas, a toponímia, as «figuras egrégias», as escolas primárias, os monumentos e objectos de arte e ainda as «lendas, superstições e curiosidades».

Indiscutível «*propaganda de Portugal*» foram as obras escritas em francês, inglês e alemão e promovidas, entre 1950 e o início da década de 70, pelo *Secretariado Nacional de Informação, de Cultura Popular e de Turismo*. Penso que três exemplos bastam para se perceber o tipo de mensagem que se pretendia, então, fazer passar.

Em linhas gerais, pode dizer-se que tanto a obra de Doré Ogrizek, a de Suzanne Chantal ou as várias versões do trabalho coordenado por Lopes do Souto (e participado por um Hernâni Cidade, uma Maria de Lourdes Belchior ou um Fernando Galhano) insistem num conjunto básico de «clichés»: país (política e administrativamente centralizado) de terras diferentes, exibindo cada província características próprias; com um rico património monumental e artístico, uma excelente tradição cultural e grandes potencialidades turísticas e económicas. Dentro destes parâmetros genéricos, o Minho emerge reforçado por incisivos traços definidores (muita cor e variedade da paisagem, festas, romarias, alegria e religiosidade das suas gentes, singularidades do vestuário ou da habitação, etc.), como se verifica através dos seguintes extractos:

Aux grandes foires et aux pélerinages, les jolies filles minhotas portent des jupons, rouges, des tabliers brodés, des châles fleuris, un costume fait de mille morceaux de différentes couleurs: leur fortune, leur orgueil, le fruit d'un long travail patient... Et le Minho ressemble à ce costume: divers et coloré, surprenant par la richesse et l'originalité des détails, et fait de bouts et de morceaux soigneusement travaillés (Doré Ogrizek, p. 219).

Le Minho est la plus ancienne terre portugaise: celle qui a été peuplée e cultivée intensément depuis de plus de temps, celle aussi qu'on a dû défendre et reconquérir au cours d'années et d'années de luttes sanglantes avec le voisin d'Espagne. [...] Au Minho, c'est l'homme qui a fait le paysage (Suzanne Chantal, p. 83 e 91).

No extremo norte, o Minho desenvolveu-se à base do minifúndio e admite, por isso, uma grande variedade de culturas. A população, muito tradicionalista, gosta ainda hoje [1968?] de luzir trajes riquíssimos nas festas. Atenção, o minhoto é bom bailarino e percebe de vinhos!... (Lopes do Souto).

Se era e continua a ser muito importante promover o Minho turístico, não o é menos conhecer o Minho geográfico, quer através de Amorim Girão, quer, sobretudo, a partir dos estudos feitos e incentivados por Orlando Ribeiro. Nesse livro modelar, que tem por título *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, o Minho surge-nos profundamente radicado no espaço geográfico, económico e humano do «norte atlântico», denotando uma clara individualidade. Nesta linha se situa, também, Pierre Birot, discípulo de Orlando Ribeiro, autor do livrinho *Portugal*. Ai se concentra, em poucas páginas, uma curiosa caracterização da região minhota no tocante à especificidade da sua vida agrícola, à organização progressiva da actividade marítima e da sua malha urbana e industrial e, naturalmente, à sua individualidade geográfica.

3

Visto o Minho a partir do todo a que pertence, entremos agora na análise sumária, mas precisa, do(s) modo(s) como monograficamente o têm tratado quer alguns dos seus «filhos», abrasados pela chama viva do regionalismo, quer os escritores de outras paragens que se enamoraram da «*gaiata terra minhota*», para além, claro está, de um punhado de estudiosos e investigadores presos a critérios científicos.

Tendo presente os paradigmas expostos atrás e num esforço taxonómico, que julgo necessário manter, começarei por destacar um conjunto significativo de obras e periódicos, alguns deles situados ainda um pouco aquém do paradigma da monografia-tipo contemporânea e outros já mais próximos do paradigma etnografista (na variante de divulgação turística) e do paradigma interdisciplinar.

Obras de referência obrigatória quando se fala ou se pensa no Minho, o *Minho Pittoresco* do minhoto José Augusto Vieira, o *No Minho* de D. António da Costa, as *Jornadas no Minho* de D. João de Castro, o *Velho Minho* de Sant'Ana Dionísio, o *Roteiro da Ribeira-Lima* do Conde d'Aurora ou a *Silva Minhota* de Leonídio de Abreu — e a que ainda poderemos juntar as de Luís Figueiredo da Guerra, de João Paulo Freire, de Campos Monteiro, de Forjaz Trigueiros (em especial a sua antologia de textos literários minhotos) ou de Laurinda Carvalho

Araújo e António Afonso do Paço (autores do *Roteiro poético do Alto Minho*) — têm em comum certas características básicas, que permitem mantê-las agrupadas na rubrica genérica de crónicas literárias, corográficas, histórico-culturais e até políticas. A sua influência na produção de estereótipos famosos, que têm persistido e servido para diversos fins, nomeadamente o turístico, foi enorme e nunca será excessivo realçá-la. Evocam-se, a este propósito, as palavras finais do livrinho de D. António da Costa:

Adeus, Minho, jardim da minha pátria. Quem, pertencendo tu a Portugal, não terá glória de ser português?

Rios da bela província, adeus: Cávado, Ave, Minho, Lima. Adeus, montanhas em que se está mais perto do Criador. Adeus, vegetação esplêndida, frescas sombras, planícies suaves, vales que revivem com o toque dos sinos, o chilrear dos pássaros, os cânticos das raparigas; adeus, doces manhãs, tardes deliciosas, noites feiticeiras, murmúrios das fontes, silêncios que falam, melancolias, esperanças, saudades...

Adeus, Minho; adeus, rival da Suíça (D. António da Costa, p. 291).

A célebre *Introdução do Minho Pittoresco* — espécie de «vademecum» para muitos monografistas locais deste século que, a par do não muito fiável *Portugal Antigo e Moderno*, recorreram às saborosas descrições dos concelhos minhotos (paisagem, história, usos e costumes, lendas e utilidades corográfico-administrativas) feitas por J. Augusto Vieira — não pode deixar, também, de ser evocada, aí se lendo lapidares dizeres como estes:

O Minho!

O jardim de Portugal!

Quantas vezes, leitor, tens tu ouvido designar assim essa formosa província, d'entre todas as suas irmãs a mais populosa e a mais activa, a mais pittoresca e a mais hospitaleira, seio uberrimo das tradições que individualisam uma nacionalidade, terra onde a vegetação é luxuriosa e onde os espíritos conservam as qualidades affectivas d'esse genio celta, que foi o nosso fiat genésico, e d'essa alma grega, que foi a nossa iniciação artística.

Berço, onde se embalou a nacionalidade portuguesa, o Minho tem sido o tabernaculo sagrado das nossas tradições ethnicas, subversivo e revolucionario, no momento das grandes crises nacio-

naes, cultivador da terra na tranquilidade bucolica da paz, amoroso de raça, emigrador e fecundo por condição de meio (J. Augusto Vieira, 1.ª vol., p. III).

Neste empolgante trecho introdutório não é difícil descortinar algumas das traves mestras de um regionalismo militante. Fenómeno caldeado nos finais do séc. XIX e profusamente exposto na rica imprensa local ou nos almanaques e anuários distritais, o regionalismo assumiu no Minho, durante o 1.º quartel do séc. XX, a forma de um movimento complexo, simultaneamente ideo-político, sócio-económico e cultural, com implicações várias. A preocupação pelo progresso económico minhoto em geral e pelo da agricultura em particular ficou, aliás, bem patente tanto na obra do Visconde Vilarinho de São Romão, *O Minho e suas culturas* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1902), como em vários números do quinzenário ilustrado «*Barcellos-Revista*» (Armando B. Malheiro da Silva 1982: 19-21) — para só citar dois casos significativos. E em 1926, o n.º 1 da *Gente Minhota* — uma das muitas revistas literárias, nascidas no fim da Monarquia e ao longo da 1.ª República e elogiadas por Fidelino de Figueiredo em 1915 — trazia a primeira parte de um artigo do conhecido polígrafo Mário Gonçalves Viana, intitulado *Regionalismo Minhoto. Iluminuras. I — Primeiro a vida...*, donde respigo esta elucidativa passagem:

Por isso — concluo que o problema do regionalismo é muito especialmente um problema educativo. Torna-se urgente ensinar todo o verdadeiro minhoto a ser um trabalhador consciente que procure e visionar realizar, além da utilidade individual dos seus interesses, o progresso carinhoso da terra onde nasceu. Ora o trabalho só é verdadeiramente productivo, quando executado com inteligência e conhecimento do respectivo valôr económico, moral e social que ele representa adentro da colectividade. Eis o que se impõe — congregar todos os esforços, humildes ou grandes — esforços agora desencontrados, no esforço supremo que leva à redempção — atravez do culto sagrado pela Terra Minhota... (p. 18).

Em torno do problema educativo e da busca dos elementos (históricos, etnográficos, artísticos...) próprios da identidade minhota, multiplicaram-se, de facto, esforços (mais ou menos desencontrados, mais ou menos regulares) e iniciativas, que constituem um ponto assinalável no percurso do ideal regionalista até à consolidação do Estado Novo. Estou a pensar, concretamente, no *Instituto Histórico do Minho*, organismo sediado em Viana e no *Instituto Minhoto de Estudos*

Regionais fundado em 1943 na cidade de Braga. O primeiro — «*douta sociedade científica fundada em 2 de Julho de 1916, por iniciativa da Academia de Ciências de Portugal e sob proposta do Secretário-Perpétuo dessa alta agremiação, o glorioso polígrafo sr. dr. António Cabreira*»¹⁴ — assumiu o objectivo genérico de cultivar os estudos históricos, bem como de promover a coordenação e a crítica de tudo quanto interessasse ao Minho, sem esquecer o estreitamento das relações com a Galiza, sendo seus membros figuras prestigiadas da região: Silva Campos, dr. Luís Figueiredo da Guerra, Júlio de Lemos (mais tarde seu «cronista»), João da Rocha (seu 1.º Presidente), dr. Luís A. de Oliveira (autorizado ceramógrafo), José Rodrigues Vale (o poeta e jornalista monçanense João Verde), P.º Rodrigo Fontinha, dr. Francisco de Queirós, dr. Luciano Pereira da Silva, Óscar de Pratt, dr. Francisco de Abreu Maia, dr. António de Magalhães, eng. Roberto Mendes, eng. Henrique Bravo e Manuel Boaventura entre muitos outros; desenvolveu ainda uma intensa actividade, premiada em 19 de Janeiro de 1922 com um louvor do Governo, no qual se lhe reconhece ter «*prestado os mais relevantes serviços á arte e á sciencia, não só pelos trabalhos academicos produzidos, como tambem pelas sessões e conferencias publicas sobre assuntos de arte e de sciencia que tem realizado, e ainda pelo prestigio dado a Portugal nas relações que o referido Instituto mantem com instituições similares estrangeiras*». O segundo nasceu do entusiasmo de uma plêiade de intelectuais — Álvaro da Costa Machado Vilela, Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro, Alberto Feio Soares de Azevedo, Luís Carlos de Lima de Almeida Braga, Henrique Cabral de Noronha e Menezes, António Luís Vaz, António Álvaro da Silva Dória, etc. — com o propósito expresso de «*contribuir para o desenvolvimento intelectual e social da vida portuguesa e, particularmente, da região do Entre Douro e Minho*» e de promover, entre outras coisas, a publicação de uma revista de estudos regionais, que veio a ser criada (mas de vida efémera) com o título de *Mínia* e um subtítulo assaz sugestivo: *Subsídios para o estudo da terra e do homem do Minho*.

É interessante notar que essa chama regionalista se reacendeu com mais força em Viana do Castelo, após o 25 de Abril de 1974, e aí permanece viva através, por exemplo, do *Centro de Estudos Regionais* e do seu *Boletim Cultural* — curioso instrumento de uma dupla estratégia: incentivar o estudo do passado em múltiplas direcções e radiografar o presente projectando o futuro com vista ao progresso integrado do Alto-Minho.

¹⁴ LEMOS, Júlio de — *Instituto Histórico do Minho*. «Pró-Viana. Viana-do-Castelo é a mais linda Cidade de Portugal», Viana do Castelo, II ano, n.º único [Festas da Agonia] Agosto 1920, p. 3-4.

Ver também do mesmo Instituto Histórico do Minho. «Pró Viana [...]», Viana do Castelo, 3.º ano, n.º único [Festas da Agonia] Agosto 1921, p. 8.

Fica, portanto, claro que o movimento regionalista tendeu sempre a enlaçar-se com a generalizada vontade de desenvolver os estudos locais (a História, a Etnografia, a Arqueologia...). Uma vontade que sobreviveu e se prolongou pelo Estado Novo adentro, moldando-se a novas exigências e finalidades. E foi num tal contexto que se tornou importante o papel desempenhado pelas revistas e boletins culturais: nos distritos de Braga e de Viana, por iniciativa da *Junta Distrital* no primeiro caso e graças à de particulares no segundo, surgiram *O Distrito de Braga* e o *Arquivo do Alto Minho* e com eles a acumulação preciosa de materiais (à semelhança, aliás, do que sucedera, por exemplo, na *Revista do Minho* (1885) do barcelense Silva Vieira), que pela sua variedade — vão da História à Literatura Popular — potenciam um estudo amplo e profundo à escala regional. Já depois do 25 de Abril, mais precisamente em 1981, a realização do 1.º *Colóquio Galaico-Minhoto* estimularia o aparecimento de mais materiais desse tipo.

Se, entretanto, pusermos de lado o contributo dos periódicos e nos cingirmos ao conjunto de monografias regionais que foi possível recensear (*ver Apêndice-4*), verifica-se o peso significativo do paradigma etnografista, especialmente quando associado a fins turísticos. Estão neste caso obras algo híbridas (misturam um pouco de tudo, isto é, dados corográficos, elementos históricos e ainda volumosa informação sobre festa pascal, romarias, lendas, superstições, etc.) como o *Minho, dossel de Portugal* de Armindo de Faria e obras mais permeáveis à influência da recolha etnográfica e à pressão turística: *Minho e Galiza = Miño y Galicia* e *Minho turístico* de Correia de Azevedo; *Minho — Cartaz típico* de Manuel Celso da Silva Cunha; *O Minho, região de beleza eterna* e *Roteiro do Minho: guia turístico, cultural, económico e desportivo* de José Crespo; *Maravilhas de Viana. Monografia do Alto Minho* de António do Paço; *O Minho e mais três concelhos roubados ao Porto* de Francisco Hipólito Raposo; etc.

Um paradigma pouco consolidado e de que só há frutos de há uns dez anos a esta parte é o interdisciplinar. Entendo por isto a conjugação de diversas abordagens — a histórica, a sociológica, a antropológica, a económica, etc. — dentro de um programa uniformizado e assegurada por especialistas das diferentes disciplinas, como terei mais adiante ocasião de explicar.

Mais próximo deste paradigma e para a área do distrito de Viana parece, apenas, existir o guia *Alto Minho* de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, trabalho excelente, sobretudo, na parte que precede os percursos turísticos, concebida como um tríptico: enquadramento geográfico, história-monumentos e antropologia. Para a área do distrito de Braga há a registar as duas monografias que na década de 80 o respectivo *Governo Civil* encomendou a docentes da Universidade do Minho (Escola de Economia e Gestão): o

primeiro, intitulado *O Distrito de Braga: imagem real e potencialidades* (1985), confunde-se bastante com um relatório predominantemente económico e só a custo poderá integrar-se de pleno na tipologia em apreço; o segundo — *Distrito de Braga. Demografia. Educação. Economia. Património. Política* (1989) — apresenta outra estrutura e outro âmbito e impõe-se, de facto, como um levantamento multifacetado da realidade distrital, mas padece de certos vícios de forma e de conteúdo (a parte histórica, por exemplo, poderia abrir-se mais ao contributo das monografias locais) que o inferiorizam dentro do paradigma em que, a meu ver, tem cabimento.

4

Uma outra maneira de ensaiar a caracterização do Minho, para além da elaboração de monografias/estudos de amplitude regional, consiste na difícil e lacunar soma das partes, ou seja, na recolha exaustiva de todos os muitos e variados elementos concentrados nas largas dezenas de monografias locais relativas a terras situadas nesta província. Convirá, por isso, fazer aqui uma referência, ainda que ligeira, a toda essa produção (*ver Apêndice-4*).

Antes de proceder à «catalogação» do material recenseado, segundo os paradigmas que terão presidido à sua feitura, julgo oportuno salientar os seguintes pontos:

- 1.º — Pode dizer-se que, pelo menos, todos os concelhos da região minhota dispõem de uma monografia designada como tal ou apenas estudos históricos, etnográficos ou ainda arqueológicos parcelares, publicados em revistas, boletins ou em cadernos ditos culturais.
- 2.º — Uma análise mais detalhada permite distinguir na região «zonas» de forte densidade monografista, passíveis de uma abordagem estatística a partir de um levantamento bibliográfico mais exaustivo e completo do que o incluído em Apêndice. Eis as principais: Barcelos, Braga (que, embora sem uma monografia, possui há muito uma importante revista cultural, a *Bracara Augusta*), Guimarães (que, para além de monografias, tem importantes estudos recolhidos nas páginas da *Revista de Guimarães* e do *Boletim de Trabalhos Históricos*), Vila Nova de Famalicão, Caminha, Melgaço (que, todavia, não possui uma monografia dita como tal), Ponte de Lima (onde o papel dos Almanques e das revistas como a *Limiana* ou,

recentemente, o *Arquivo de Ponte de Lima* tem sido importante) e, naturalmente, Viana do Castelo (que tem sido alvo de uma gama variada de monografias, grande parte das quais marcada pela promoção turística).

- 3.º — Em termos gerais verifica-se que a produção monografista teve maior incidência durante o Estado Novo relativamente ao período anterior e intensificou-se bastante após o 25 de Abril. Para isto muito contribuiu o papel decisivo desempenhado pelas Câmaras Municipais, dotadas de um renovado interesse cultural e de mais meios financeiros.
- 4.º — O amadorismo está na origem de quase 90% da produção monografista referente à área em foco e daí o peso significativo dos sacerdotes (muitos deles párocos nas freguesias e concelhos estudados) e dos «filhos da terra». O caso de «profissionais», como A. Lopes de Oliveira ou Correia de Azevedo, que se dedicaram por inteiro à elaboração de monografias locais, foi durante muito tempo uma excepção. Hoje, porém, vem-se generalizando o princípio de renumerar este tipo de trabalhos, embora persista o domínio dos não especialistas: jornalistas, advogados ou médicos interessados em fazer dos estudos locais (da História, da Etnografia ou da Arqueologia) um «hoby».

Esclarecidos, assim, a forma e os «meios de produção» monografista, passo a caracterizar rapidamente a natureza do seu conteúdo.

Uma larguíssima parte das monografias locais recenseadas enquadra-se perfeitamente no paradigma da monografia-tipo contemporânea atrás definido e que tem como traço fundamental a base historiográfica (reconstituição do passado feita à luz de documentos procedentes do Arquivo Municipal, dos cartórios de Mosteiros e Conventos, da Mitra, Cabido ou Colegiadas, das Confrarias, das Paróquias e ainda de Casas senhoriais) associada a elementos de natureza epigráfica, arqueológica, etnográfica e artística.

Ao longo do tempo este paradigma aperfeiçoou-se bastante, melhorando consideravelmente o nível da pesquisa e o da apresentação dos resultados, mas mantendo sempre o essencial. Nele se poderão, talvez, filiar — atendendo sobretudo à heurística — trabalhos recentes de História Local que incidem sobre aspectos mais ou menos específicos: veja-se o

estudo de José V. Capela *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos*. Por se tratar de um paradigma verdadeiramente maioritário dispenso-me de citar aqui mais exemplos. Eles escasseiam, porém, se penetrarmos nos outros paradigmas.

Começo pelo etnográfico, bem expresso, aliás nos *Cadernos de Etnografia do Museu Regional de Cerâmica/Museu de Cerâmica Popular Portuguesa de Barcelos*. A recolha de elementos etnográficos tem, como se sabe, uma velha tradição em terras minhotas — basta pensar na *Revista do Minho* de Silva Vieira ou no *Arquivo do Alto Minho* de Leandro Quintas Neves — e, por isso, não é de admirar a sua forte presença quer na monografia-tipo contemporânea, quer em trabalhos específicos. Em Viana, curiosamente, essa presença anda muito associada à divulgação das potencialidades turísticas da cidade e do distrito. Um exemplo acabado de monografia etnográfica é o *Vilarinho da Furna. Uma Aldeia comunitária* de Jorge Dias (recentemente Manuel de Azevedo Antunes publicou numa linha próxima o *Vilarinho da Furna. Uma Aldeia afundada*).

Do paradigma geográfico forjado por Amorim Girão e Orlando Ribeiro conheço, apenas, um exemplo — assumido, aliás, como mero esboço — relativo a Barcelos e onde aparecem abordados os seguintes aspectos: hidrografia, clima e paisagem, fauna terrestre e fluvial, flora, movimento da população, emigração e suas causas, costumes e geografia económica (agricultura, indústria, comércio, etc.).

A cada vez maior importância que a valorização do património construído, tal como o define Jorge Alarcão, tem tido a nível local é claramente perceptível em diversas monografias locais recentes e tende a estimular a produção de trabalhos centrados essencialmente nesse aspecto. É curioso, no entanto, verificar que dentro da área focada não tem havido uma significativa renovação do trabalho monográfico. Se nos ativermos, apenas, ao plano da História Local são raros os exemplos que seguem o sentido essencial dos programas de um Jorge Alarcão ou de um José Mattoso. E a raridade aumenta se pensarmos em termos de um paradigma interdisciplinar. O caso que formalmente mais se aproxima deste é a obra coordenada por Lourenço Alves *Caminha e seu concelho (Monografia)*, embora apresente lacunas importantes no tocante à abordagem e assente numa rede de colaboradores (em número de cinco), onde o eruditismo local se alia à formação académica em História de dois deles (um dos quais é o coordenador), o que é manifestamente insuficiente para se produzir trabalho interdisciplinar no pleno sentido da palavra.

5

Chegado a este último ponto, resta-me tecer breves considerações sobre o que há a fazer e o como para se conseguir o almejado desenvolvimento dos estudos locais.

Insisto na expressão estudos locais, porque penso que a produção monografista não se deverá circunscrever à abordagem historiográfica, seja ela única, seja pontualmente associada a outros saberes (Etnografia, Antropologia, Arqueologia...). Essa produção, para ser bem feita, deverá obedecer a um paradigma interdisciplinar e este, por sua vez, tem que ser garantido por condições de carácter científico e institucional, do género das sugeridas de modo assaz pertinente por Luís Reis Torgal (*ver Apêndice-3*) e a que se poderão ainda acrescentar o fim do amadorismo e o abandono da matriz bairrista.

Um paradigma baseado na mais estreita interdisciplinaridade exige trabalho de equipe (de acordo com um programa homogéneo), podendo revestir duas formas quanto à divulgação dos resultados: numa única obra (provavelmente em dois ou mais volumes) ou em cadernos/fascículos temáticos organizados sem quebra alguma da unidade do projecto. E em qualquer dos casos poderá sempre seguir-se o esquema básico, a saber:

- análise do ESPAÇO e da POPULAÇÃO
reconstituição HISTÓRICA + interpretação SOCIOLÓGICA +
sondagens ETNOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICA
com incidência em vários níveis como
- ARQUEOLÓGICO (para a Pré-História e Idade Média)
 - POLÍTICO-INSTITUCIONAL (desde a Idade Média até hoje)
 - SÓCIO-ECONÓMICO (*idem*)
 - CULTURAL (até à actualidade)

Exemplificando, direi que se se quiser elaborar uma monografia do distrito de Braga, segundo os requisitos elementares do paradigma interdisciplinar, o elenco dos conteúdos fixáveis pode ter como ponto de partida o trabalho *Distrito de Braga [...]* (Governo Civil, 1989). Importa, porém, que se vá mais longe. O leque de abordagens deverá ser o mais amplo possível e nele incluo a sociológica e a antropológica, fundadas numa massa informativa resultante não só dos inquéritos e questionários, dos anuários estatísticos e dos arquivos oficiais, mas também das monografias e dos periódicos de incidência local. Quanto ao tratamento específico dado no interior de cada abordagem ao material disponível, cada especialista ou grupo de especialistas deve adoptar as metodologias apropriadas. Esta

especificidade inicial do trabalho interdisciplinar exige uma coordenação qualificada por forma a que os diferentes olhares da realidade em foco se articulem harmoniosamente como num «mosaico», ficando assim garantida a compreensão holística do objecto.

O exemplo dado comporta riscos e dificuldades que só um programa sistemático de estudos de comunidade, feitos numa progressão correcta — aldeia ou bairro, freguesia, vila, cidade e concelho —, ajudaria a neutralizar. Significa isto que a melhor estratégia será sempre a indutiva: ir das partes para o todo com a segurança e o rigor que um tal método proporciona. Mas ela terá de ser, também, devidamente apoiada ao nível científico-institucional: a viabilidade prática do paradigma, que acabei de gizar em traços largos, depende da mobilização efectiva de muitos esforços individuais dentro de estruturas ajustadas à escala de um tal projecto — Centros de Estudos Regionais, ligados, de preferência, a Universidades ou a Institutos Politécnicos.

A crónica ausência de uma tal logística bloqueará, sem dúvida, o indispensável revigoramento dos estudos locais e tornará insuperável o atraso que, neste domínio, nos separa do trabalho há muito realizado em países como a Espanha, a França, a Inglaterra ou a Bélgica.

A aposta clara num paradigma interdisciplinar, reafirmada neste ítem, não deve, porém, ser vista como uma crença ingénuo no efeito terapêutico de receitas aviadas para a situação crítica dos estudos locais em Portugal, mas antes como um sinal de confiança na reflexão e no debate que urge intensificar em torno de uma temática tão apaixonante, quanto complexa.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Jorge
(1982) — *Introdução ao estudo da história e património locais*. Coimbra, Instituto de Arqueologia.
- ALMEIDA, João Ferreira de
(1977) — *Sobre a monografia rural*. «Análise Social», Lisboa, 13 (52), p. 789-803.
- BARROSO, José Joaquim Ferreira
(s. d.) — *Monografia geográfica. Conceito moderno da geografia, Como deve ser ensinada. Esboço geográfico do concelho de Barcelos*. Vila Real, Imprensa Artística.
- BRANDÃO, Maria de Fátima e FEIJÓ, Rui Graça
(1984) — *Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas*. «Análise Social», Lisboa, 20 (83), p. 489-503.
- BRITO, Joaquim Pais de
(1982) — *O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal*, in «O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980». Lisboa, A Regra de Jogo.
- (1989) — *As Monografias locais na perspectiva da antropologia (Resumo)*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, ano 71, 29 (1-4), p. 181-187.
- CAETANO, Marcelo
(1935) — *Monografias sobre os concelhos portugueses. Plano elaborado pelo professor da cadeira de direito administrativo*. Lisboa, Faculdade de Direito/Universidade de Lisboa.
- CAPELA, José Viriato e NUNES, João Arriscado
(1984) — *O Concelho de Barcelos do antigo regime à primeira república. Fontes para o seu estudo*. «Barcelos-Revista», Barcelos, 1 (2), p. 204-268.
- CARVALHO, José Pinto Ribeiro de (Tinop)
(1982) — *História do Fado*. Lisboa, Publicações Dom Quixote (1.ª ed. 1903).
- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo
(1926) — *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da história geral portuguesa*. «O Instituto», Coimbra, 4.ª série, 73 (2), p. 285-303.
- (1935) — *As Monografias locais na literatura histórica portuguesa. Lições proferidas em 27 e 30 de Outubro de 1934*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- FIGUEIREDO, Fidelino de
(1915) — *Os Estudos de história local*. «Limiana. Revista literária pontelimensis», Ponte de Lima (11) Junho, p. 185-189.
- GASPAR, Jorge
(1975) — *Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal continental*. «Finisterra», Lisboa, 10 (19), p. 107-152.
- LARCHER, Tito de Sousa
(1926) — *Estudos de regionalismo. A Divisão administrativa de Portugal. Correição- Província-Distrito-Região*. Leiria, Tip. Leiriense Limitada.
- MARTINS, Júlio de Sousa
(1987) — *Levantamento cultural: exemplos e sugestões*. [Aveiro], Estante.
- MARQUES, A. H. de Oliveira
(1988) — *A Historiografia regionalista na época do Abade de Baçal*, in Id. — *Ensaio de historiografia portuguesa*. Lisboa, Palas Ed.

MATTOSO, José

(1988) — *A História regional e local*, in «A Escrita da história. Teoria e métodos». Lisboa, Editorial Estampa, p. 169-180.

MOUTINHO, Mário Canova

(1982) — *A Etnologia colonial portuguesa e o Estado Novo*, in «O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980». Lisboa, A Regra de Jogo.

PICÃO, José da Silva

(1983) — *Através dos campos*. Lisboa, Publicações Dom Quixote (1.ª ed. 1903-1905).

REAL, Manuel Luís

(1987) — *Gestão do património arquivístico nacional*, in «2.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Coimbra, 27 a 29 de Maio de 1987. A Integração Europeia: um desafio à informação. Actas». Coimbra, Livraria Minerva.

SAMPAIO, Alberto

(1923) — *Estudos históricos e económicos. Com prefácio do Dr. Luiz de Magalhães*, 1.º vol. Porto, Livraria Chardon.

SECÇÃO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

(1985) — *Pesquisa e acção cultural local: questões de método*. Porto, S. E. C./Centro de Estudos Humanísticos

SILVA, Armando B. Malheiro da

(1982) — *O «Barcellos-Revista» (1909-1912): arauto do progresso*. «Barcellos-Revista», Barcelos, 2.ª série, 1 (1), p. 5-56.

SILVA, Augusto Santos

(1984) — *Os Enquadramentos culturais e ideológicos dos estudos locais. (Comunicação oral apresentada no «Seminário de Estudos Locais, realizado no Porto, dias 13 e 14 de Janeiro).*

SILVA, Manuel

(1913) — *Schema d'história local*. «Revista de História», Lisboa, 2, p. 182-183.

TORGAL, Luís Reis

(1987) — *História... Que história? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional*. «Revista de História das Ideias», Coimbra 9 (3), p. 843-887.

APÊNDICE

1

Quadro sinóptico da tradição dos estudos locais em Portugal até 1800

ANO/SÉC.	DESIGNAÇÃO
1512	Tratado sobre a Província de Entre o Douro e Minho e suas abundâncias por Mestre António
1549	Geografia da comarca de Entre Douro e Minho pelo Doutor João de Barros (ms da Biblioteca Pública Municipal do Porto)
1610	Descrição do Reino de Portugal por Duarte Nunes de Leão
1634	Da História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga por D. Rodrigo da Cunha
1672	Tractado panegírico em louvor da vila de Barcelos por Fr. Pedro de Poiães
1676	Nobiliarquia (...) por António Villasboas
Séc. XVIII	Fénix Vianeza ou Vianeza ou Vianna Renascida em o Átrio (ms. publicado por Manuel Artur Norton, «Arquivo do Alto Minho», 1981)
1706-12	Corografia Portuguesa e descrição topográfica do reino de Portugal pelo P.º António Carvalho da Costa (3 volumes)
1720	Fundação da Academia Real da História
1721	Inquérito oficial a párocos e autoridades civis, sobre as povoações que dirigem ordenado pela academia Real da História (a maior parte das respostas desapareceram com o terramoto).
1726	Memórias ressuscitadas de Portugal d'Entre-Douro e Minho por Francisco Xavier da Serra Craesbeeck (ms.)
1732-44	Memórias para a história eclesiástica do Arcebispado de Braga por D. Jerónimo Contador de Argote (4 volumes)
1736	Antiguidades do Douro e Minho por Fr. Marcelino da Ascensão (ms.)
1745	Mapa de Portugal pelo P.º João Baptista de Castro (4 volumes)
1747-52	Dicionário geográfico, ou notícia histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias... pelo P.º Luís Cardoso (imprimiram-se apenas o tomo I, letra A, e o tomo II, letras B e C)
1758	Novo inquérito também concebido pelo P.º Luís Cardoso e que viria a ficar conhecido com o nome de Memórias paroquiais (preciosa fonte corográfica constituída por 43 volumes actualmente depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que se têm feito, um pouco por todo o país, edições parcelares)
1779	Fundação da Academia Real das Ciências
1791	Notícias de Portugal por Manuel Severim de Faria (2 volumes)
1799	Concretizam-se os trabalhos hidrográficos e o plano de descrição geográfica e económica do engenheiro Custódio Gomes de Vilas Boas (ver Geografia e Economia da Província do Minho editada por António Cruz, 1970)

Legislação

1. Portaria de 8 de Novembro de 1847 que institui a existência de um livro especial com a denominação de «Anais do Município»

Sua Magestade a RAINHA Ha por bem Ordenar, que em cada uma das Camaras Municipaes dos Concelhos do Reino, e Ilhas Adjacentes haja um livro especial com a denominação de =Annaes do Municipio= no qual annualmente se consignem os acontecimentos e os factos mais importantes que ocorrerem, e cuja memoria seja digna de conservar-se; e bem assim as descobertas de riquezas, substancias e combustiveis mineraes; — o augmento ou diminuição da produção agrícola, e suas causas; — a longevidade das pessoas de que houver noticia, com a declaração do modo de vida que tiveram, e do seu alimento habitual; — as acções generosas, e os nomes dos seus auctores, que mereçam ser transmitidos ás gerações futuras; — e finalmente, tudo quanto possa interessar as tradições locais. Para este fim Quer Sua Magestade que os Presidentes das Municipalidades nomêem uma Commissão, composta de alguns Vereadores, ou Vogaes do Conselho Municipal, que fõrem julgados mais aptos, a qual em todos os annos, no principio do mez de Março, e depois das reuniões necessarias, redigirá uma memoria que contenha as noticias e esclarecimentos acima indicados, e que sendo lançada em letra bem legivel no referido livro, que se guardará cuidadosamente no archivo da Camara, será assignada por todos os Vogaes da Commissão. O que a Mesma Augusta Senhora Manda, pela Secretaria dos Negocios do Reino, participar ao Governador Civil de Vianna, para seu conhecimento, e para que, expedindo nesta conformidade as convenientes ordens ás Camaras Municipaes do Distrito a seu cargo, fiscalize a execução dellas, por intervenção dos Administradores respectivos.

Palacio das Necessidades, em 8 de Novembro de 1847. =Antonio de Azevedo Mello e Carvalho.

No *Diario do Governo* de 11 de Novembro N.º 267

2. Decreto de 17 de Julho de 1909 que institui no Ministerio das Obras Publicas um concurso annual de «Monografias de freguesias rurais»

RELATÓRIO

Senhor. — O estudo monographico das freguesias ruraes do país, e que tenho a honra de submeter á alata apreciação de Vossa Magestade, para o qual me inspirei no trabalho que ha annos proveitosamente vem levando a effeito a *Société des Agriculteurs de France*, sob a direcção do eminente economista M. Cheysson, é ao mesmo tempo o ensaio e o inicio do inquerito geral á vida economica da nação portuguesa, cuja necessidade todos reconhecem.

Em circunscrições restrictas, que a sua propria pequenez torna quasi sempre homogeneas, é mais facil abranger, num golpe de vista, e por consequencia comprehender-lhes melhor a natural correlação, todos os aspectos da vida social que é indispensavel estudar e conhecer, para apreciar a capacidade economica actual e a possibilidade de desenvolvimento futuro de um povo.

A freguesia rural é, em Portugal, também um aggregado social historico, quasi immutavel em toda a vida da nação, a ponto de ser ainda hoje possivel em algumas freguesias do norte do país reconhecer o molde originario da *villa romana*.

No sul, a longa dominação arabe e o dilatado periodo da conquista christã apagaram em muitos pontos o cunho romano e não deixaram subsistir a influencia mourisca. É certo, porem, que na sua maioria as freguesias ruraes de hoje conservam aproximadamente os limites que lhes assignaram os primitivos povoadores portugueses das regiões meridionaes do país.

Por toda a parte, pois, será possivel, por uma investigação historica, mesmo ligeira, descobrir a linha de evolução da unidade administrativa da nação: agrupamento social que forma, por assim dizer, o aparelho capillar na circulação vital da sociedade portuguesa e onde todos os accidentes da vida social devem ter deixado impresso algum vestigio.

Os investigadores a quem for confiado o inquerito geral encontrarão nas monographias, cuja elaboração me proponho promover, a experiencia dos processos de investigação decerto applicaveis a todo o país rural; e, nos resultados apurados nas monographias, publicadas a tempo, pontos de referencia bem estudados, uma especie de vertices da rede de geodesia economica, que abrangerá todo o continente português e as ilhas adjacentes.

Ameudados estes estudos, permitirão elles ainda, por um lado, a determinação e individuação das regiões e sub-regiões agricolas do país, e, por outro, o completo estudo monographico das diversas culturas.

Outra razão influiu ainda no meu espirito para adoptar o processo monographico para o estudo inicial do país, applicado á freguesia rural. Em Portugal, mais do que em qualquer outra parte, o predomínio crescente da população urbana se está fazendo sentir nocivamente no empobrecimento da vida local, em gente e em riqueza, accentuando uma decadencia que não é, por forma alguma, compensada pelo desenvolvimento industrial e commercial das cidades, quasi exclusivamente concentrado na capital.

Não parece ser a translação da gente dos campos para as cidades a causa principal do notado predomínio da população urbana e das suas consequencias.

É certo que aumentam relativamente, na classificação profissional da população portuguesa activa, as categorias industriaes e commerciaes. Parece, porem, ser a emigração a causa que mais empobrece a nossa vida local.

A emigração é, todavia, uma resultante, cujas causas é indispensavel estudar na propria origem das populações validas, a quem o mal-estar local obriga a procurar a subsistencia em outras regiões, talvez menos seduzidas pelo sonho da fortuna, do que obrigadas pela ameaça de miseria na sua terra.

É na freguesia rural, principal viveiro da nossa emigração, que é preciso surprehender a causa que a determina e, por ventura, o fio de uma acção que a extinga, ou oriente por forma mais util á nação.

Pareceu-me por isto de obvia necessidade ir começar o estudo do país, tanto quanto m'o permitem as faculdades do poder executivo, na origem do mesmo, onde provavelmente residem as condições determinantes do mal-estar nacional.

Ainda um outro motivo me levou a propor o estudo local da vida portuguesa. Em todos os países os estudos sociaes economicos e estatisticos são poderosamente auxiliados pelos estudiosos particulares, independentemente da acção do Estado. Em Portugal, essa iniciativa particular, mais importante e numerosa do que geralmente se

suppõe, anda dispersa e desconnexa, sem estímulos que a desenvolvam, sem objectivação que a utilize.

São muitos os estudos locais que ha sobre varias regiões do país. Cada um, porem, obedece a seu ponto de vista: uns, quasi todos, são historicos, outros, muito poucos, de caracter economico, alguns ainda meramente pitorescos, bastantes referindo-se a factos ou cousas de caracter muito especial ou particular. Nem por isso attestam menos a competencia e a dedicação dos intelligentes estudiosos das cousas da sua terra, dispersos por esse país fora.

Foi meu intuito apellar para esses estudiosos, já conhecidos uns, tantos outros ainda ignorados, que não recusarão decerto o seu concurso a um trabalho vantajoso para todos e que pode dar emprego á sua actividade tão escassamente aproveitada até agora.

A dispersão, porem, das pessoas para quem appello impunha a necessidade de um plano que tornasse harmonico e convergente, para o fim determinado, o esforço de muitos trabalhando isoladamente, um quadro em que se classifiquem os seus estudos, amparando-os, sem os escravizar.

Por esta forma, a acção do Estado exercer-se-ha, não só indirectamente, pelo estímulo da publicidade e dos premios que concederá ás melhores monographias, no concurso em que tambem poderão tomar parte funcionarios da Direcção Geral da Agricultura, mas directamente, incumbindo estes, independentemente do concurso, do estudo de determinadas freguesias ruraes, escolhidas d'entre as mais caracteristicas da vida e physionomia economica do país.

Taes são os motivos que ditaram o projecto de decreto que tendo a honra de depor nas mãos de Vossa Majestade.

Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria, em 17 de julho de 1909. — *Antonio Alfredo Barjona de Freitas*

3

Esquemas e Programas de Monografias Locais

A) Índice de *Memória sobre a História e Administração do Municipio de Setúbal*

- I — Antiga e nova Cetobriga
- II — Topographia da cidade de Setubal — Formação geologica, flora e fauna do seu concelho
- III — Foral — Legislação municipal desde o seculo XVI até nossos dias
- IV — O Termo de Setubal — Má visinhança que o povo de Palmella e o de Alcacer do Sal faziam com o de Setubal
- V — Divisão ecclesiastica, administrativa e judicial de Setubal e titulos que lhe foram concedidos, quando ainda era villa e aos seus moradores. — Sua elevação á cathegoria de cidade. — Sua população. — Seu brazão d'armas. — Procuradores de Setubal em côrtes. — Feira e mercado.
- VI — Receitas e despesas municipaes, antiga e moderadamente
- VII — Azeitão
- VIII — Palmella
- IX — Templos e mosteiros annexos a alguns d'elles
- X — Misericordia
- XI — A Arrabida

- XII — Asylo de Infancia desvalida
- XIII — Cemiterio publico
- XIV — Monumento a Bocage
- XV — Barra de Setubal
- XVI — Instrução publica
- XVII — Noticia sobre a imprensa em Setubal
- XVIII — Assumptos militares
- XIX — Projecto de antigos melhoramentos em Setubal
- XX — Melhoramentos públicos
- XXI — Ruas, práas, passeios
- XXII — Nascentes de água, aqueducto, e chafarizes de Setubal
- XXIII — Paços municipaes
- XXIV — Iluminação pública
- XXV — Comunicação de Setubal com Lisboa
- XXVI — Doca
- XXVII — Theatro Bocage
- XXVIII — Associações existentes
- XXIX — Academia Problematica
- XXX — Dados estatisticos sobre receitas do Estado no concelho de Setubal
- XXXI — Commercio, industria e agricultura
- XXXII — Indicação chronologica dos mais importantes factos historicos ocorridos em Setubal ou circumvisinhanças
- XXXIII — Setubalenses illustres
Aos Setubalenses

B) Índice do 1.º Volume de *Elementos para a História do Municipio de Lisboa*

Preambulo

- I — Origem da Camara de Lisboa; fórma da eleição; procuradores dos mesteres; vencimentos e propinas do presidente, vereadores e procuradores da cidade; divisão da cidade; legislação administrativa
- II — Foraes de Lisboa
- III — Regimentos dos vereadores e procuradores da cidade, e diversas disposições regulamentares que tem tido à Camara de Lisboa
- IV — Divisa da cidade
- V — Côres da cidade
- VI — Estandarte ou bandeira da cidade
- VII — Ceremonial da entrega das chaves da cidade
- VIII — Doações
- IX — Capitulos de Côrtes
- X — Rendas antigas (prefação)
 - Licenças
 - Cestaria
 - Barcas e Tragamalho
 - Variagem
 - Ver-o-peso
 - Terreiro
 - Marco dos navios

- Real d'agua e realete
 Carros
 Propriedades e fóros
 Alqueidão
 Chancellaria da cidade
 Mealharia
 Almotaçaria
 Coimas do termo
 Donativo
 XI — Portagem
 XII — Factos notaveis e faustos da Camara, seus privilegios, preeminencias, jurisdicções, prerogativas, graças, mercês e honras que lhe foram dadas [esta ma'téria, ou seja, a transcrição integral de fontes estende-se, em exclusivo, pelos 14 volumes da obra]

C) Plano proposto pelo Professor José Frederico Laranjo aos seus alunos (cit. por Laranjo Coelho 1926: 295-296)

- Introdução — Origem histórica do concelho e seu desenvolvimento
 Capitulo 1.º — Distribuição da propriedade antes e depois do regime liberal
 Capitulo 2.º — Distribuição da população antes e depois do regime liberal; emigração e imigração, se as há; suas causas e efeitos
 Capitulo 3.º — Indústrias antes e depois do regime liberal, seu desenvolvimento ou decadência e causas
 Capitulo 4.º — Misericórdia, sua história e estado actual
 Capitulo 5.º — Confrarias e estabelecimentos de beneficencia
 Capitulo 6.º — Associações
 Capitulo 7.º — Institutos de crédito

D) Esquema de História Local (Manuel Silva — 1913: 183)

Fontes modernas (scientificas)	GEOLOGIA	{ Facies do terreno. Geomorphogenia local.	} Pré e proto-história
	ANTHROPOLOGIA	{ Anthropometria. Classificação das estirpes populacionaes.	
	ARCHEOLOGIA	{ Vestigios dos primeiros utensilios: silex, ossos, barro, metaes, etc. Restos das primeiras edificações, instrumentos industriaes, moedas, etc.	
	ETHNOGRAFIA E ROMOLOGIA	{ Usos, costumes e direitos. Formulas contractuaes e regimens economicos. Legislação municipal e seu paralelo com a nacional. Poderes publicos e divisões territoriaes. Estatísticas.	
Fontes classicas (literarias e artisticas)	PHILOLOGIA	{ Filiação e afinidade de vocabulos. Terminologia e phonetica regionaes.	} História
	LITTERATURA	{ Lendas e tradições. Memorias, noticias, chronicas e tratados d'istoria geral e especial.	
	DIPLOMATICA	{ Documentos, tombs e registos d'archivos publicos e particulares.	
	ARTE	{ Monumentos architectonicos, esculptura, pintura, gravura e similares. Lapides epigraphicas. Armoriaes.	

E) Plano e inquérito para a elaboração da *História do Direito Consuetudinário Português* (cit. por Laranjo Coeino 1926: 297-301)

O MEIO NATURAL

Situação e superfície

Limites

Costas (em localidades marítimas)

O Interior; o relevo do solo: plano, montanhoso, etc. Hidrografia — natureza das águas: nascentes, fontes, cisternas, poços, etc., modos usados na utilização das águas (cegonhas, bombas, etc.)

A Estrutura do solo

O Sub-solo

O Clima

A vegetação — produções vegetais

A Fauna (terrestre ou marítima) — produções animais

HISTÓRIA

Pré-história:

Arqueologia pre-histórica:

Lendas

Os Primeiros habitantes

Proto-história:

Povos diversos que ocuparam a região

História:

Sua documentação diplomática, tombos, arquivos, cartulários, etc.

Arqueologia

Biografias de homens ilustres da região

O LUGAR

1.^a — Descrição geral

Vista de conjunto e seu aspecto panorâmico

Situação

Castelo e fortaleza

Portas

Ruas, sua nomenclatura interessante

Praças e jardins

Templos e igrejas

Edifícios públicos

Monumentos

Fontes monumentais

Cemitérios

2.^a — Bairros antigos

Bairros modernos (orientação do seu desenvolvimento, etc.)

3.^a — Arrabaldes

A POPULAÇÃO

Gênero da população (agrícola, industrial, pastoril, etc.)

Censos

Distribuição da população pela área das diferentes freguesias

Estrutura populacional, densidade, aumento, diminuição e suas causas

Estatísticas demográficas

Condições biológicas: (proporção dos sexos, influência da idade, cegos, surdos-mudos, etc.)

Estrangeiros

Emigração:

Temporária

Periódica

Definitiva

O «Habitat» (plano e disposição das casas, materiais de construção, divisão interior, mobiliário, instrumentos de trabalho, etc.)

O Tipo humano da região

A Língua (dialectos e modos de dizer, nomes de pessoas e nomes de lugares, vocabulário regional, folklore, etc.)

O Vestuário

Higiene

Usos e costumes, recreações, jogos

A VIDA ECONÓMICA

Condições económicas gerais

Agricultura, comércio e indústria

Importação e exportação

Sindicatos agrícolas, caixas de crédito, salários

Feiras e mercados

Estradas e vias de comunicação

A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

Repartição da propriedade, suas divisões, extensão, tipos agrológicos em relação com o meio natural

VIDA ADMINISTRATIVA

A Circunscrição e suas divisões

O Município, sua vida económica, bens e interesses

Instrução, escolas, bibliotecas, museus, estatísticas do ensino, analfabetismo, suas causas, etc.

Organização militar

Asilos e hospitais, estatística de doentes e de doenças, suas causas em relação com o clima e natureza física da região

Sociedades de recreio, filarmónicas, etc.

A VIDA RELIGIOSA

Procissões, festas e romarias. A vida conventual em antigos mosteiros da região.

Confrarias e estabelecimentos religiosos de piedade e beneficência

Bibliografia das publicações relativas à região, plantas, mapas, fotografias, etc.

F) Plano para a elaboração de Monografias sobre os Concelhos Portugueses (Marcelo Caetano)

A — Instruções para a sua elaboração

- I — O plano pormenorizado que se segue representa apenas um guia do estudante para elaboração da sua monografia. Esta não deverá revestir a forma de resposta a um questionário, mas o estudo vivo e documentado do concelho.
- II — Evitará o estudante cuidadosamente exprimir opiniões próprias ou deixar transparecer tendências pessoais, procurando pelo contrário que o seu trabalho tenha o cunho de perfeita objectividade.

- III — Todos os dados históricos devem ser extraídos de fontes autênticas. Impõe-se a visita e exploração dos Arquivos Municipais.
- IV — As informações que tenham de ser pedidas a pessoas idóneas, devem, quando for possível, ser contrastadas, ouvindo elas outras pessoas de igual competência, a fim de reduzirem ao mínimo as probabilidades de erro.
- V — Aconselha-se o estudante a que procure produzir obra sua, bem pessoal, e evite transcrever o que já foi dito por outros ou utilizar sem verificação prévia os dados e afirmações publicadas.
- VI — São condições essenciais do valor de uma monografia:
 - o método e a clareza da exposição;
 - a probidade nas afirmações;
 - o escrúpulo na documentação
 Não importa escrever muito: mas é preciso escrever bem, referir os factos nos seus lugares, separar nitidamente as matérias distintas entre si.

B — Plano pormenorizado

I — HISTÓRIA DO CONCELHO

- 1 — *Data da fundação*
- 2 — *Origem do Concelho*
Necessidades da povoação? Desenvolvimento económico? Revolta? Recompensa de serviços prestados ou donativos feitos? Outra qualquer razão? Forais.
- 3 — *Circunscrição municipal*
Alterações sofridas no decurso dos tempos: anexações e desanexações.
- 4 — *Organização municipal*
Constituição da Câmara. Forma das Eleições. Houve juiz de fora? Desde quando? Houve organização dos mesteres? Os mesteres intervinham na administração municipal? Magistrados, autoridades e funcionários dependentes da Câmara.
Privilégios do Concelho. Pelourinho.
- 5 — *Factos notáveis da vida do Concelho.*
Interessam sobretudo aqueles em que o Concelho figure.

II — VIDA ECONÓMICA E SOCIAL

- 6 — *Superfície actual do Concelho*
Há freguesias ou povoações que queiram passar para outro concelho? Por que motivo?
- 7 — *Índole geográfica*
Montanhoso? Plano? Marítimo?...
- 8 — *Comunicações*
Estradas (nacionais e municipais). Caminhos de Ferro. Rios. Portos fluviais e marítimos. Telégrafo e Telefones.
- 9 — *População*
Número de habitantes. Varões e fêmeas. A população tende a aumentar ou a diminuir? Migrações internas. Emigração. Causas, países de destino, retorno dos emigrantes.

- 10 — *Índole da população*
Branda ou não? Criminalidade. Grão de instrução. Religiosidade. Espírito de família. Superstições.
- 11 — *Profissões predominantes*
Notar essencialmente se há muitos empregados por conta de outrem.
- 12 — *Classes dirigentes*
A antiga nobreza: ainda desempenha algum papel? Os grandes proprietários. As profissões liberais (médicos, advogados...). Os grandes comerciantes. Serviços que presta cada uma das classes e prestígio de que disfruta. Há vida de sociedade, convivendo as principais famílias? Há inimizades entre famílias poderosas?
- 13 — *Sede do concelho*
É cidade ou vila? Tem água canalizada? Luz eléctrica? Rede de esgotos? Que papel desempenha na região? Os seus mercados e feiras são concorridos, ou há outros mais importantes no concelho, ou noutro concelho, a que concorrem os munícipes? Tem tendência para desenvolver-se ou não?
A sede do concelho está ligada por caminhos praticáveis a todas as freguesias do concelho?
- 14 — *Propriedade. Agricultura*
No concelho predomina a grande, a média ou a pequena propriedade? E o que se entende nele por grande, média e pequena propriedade? Há designações especiais locais para cada uma dessas formas (herdade, quinta, horta, casal...)? A terra está muito parcelada? Os Herdeiros separam sempre os quinhões ou é hábito a exploração em comum? São vulgares as tornas e a concentração da propriedade nas mãos de um único herdeiro? É corrente o processo do herdeiro avantajado? A cultura é intensiva ou extensiva? Que espécies se cultivam mais? Usam-se na lavoura os processos tradicionais ou já processos modernos?
- 15 — *Indústria*
Há ainda no concelho algumas indústrias tradicionais e domésticas? Que indústrias se exploram actualmente? Influências na vida social do concelho.
- 16 — *Política*
São acesas as paixões políticas? Na política local predominam ideais, interesses ou personalismos?
- 17 — *Religião*
Espírito religioso no concelho. Clero: função social que desempenha. As Irmandades e Confrarias: o que valem como espírito de mutualidade e estreitamento dos laços naturais. Fins que desempenham. As romarias: sua importância social.
- 18 — *Misericórdia*
Antiguidade. Serviços que presta. Espírito religioso da confraria. Invadiu-a a política? Património. Situação financeira.
- 19 — *Imprensa*
Há jornais? Com que carácter?
- 20 — *Baldios*
Existem? São municipais ou paroquiais? Modo de fruição e aproveitamento. Foram recentemente divididos alguns baldios? A terra dos baldios divididos

está mais bem aproveitada que outra? Da divisão dos baldios resultaram ou não prejuízos para a população?

- 21 — *Águas*
Há abundância para as regas ou não? Existem águas públicas? Qual o regime do seu aproveitamento? Há «juizes das águas»? Juntar, sendo possível, o regulamento municipal ou paroquial do uso e distribuição das águas de rega.
- 22 — *Iniciativa privada*
O que vale: obras públicas, escolas, asilos, etc., devidas à generosidade ou aos esforços dos particulares.
- III — VIDA ADMINISTRATIVA
- 23 — *Câmara Municipal*
Tem prestígio? São disputados os lugares de vereador ou é difícil encontrar quem os desempenhe?
- 24 — *Principais benefícios que o concelho recebe da administração municipal*
Dizer aqui se a Câmara se tem ocupado das necessidades das populações rurais ou só da sede do concelho, e mencionar as aspirações locais que o Município ainda não realizou.
- 25 — *Bens próprios do concelho*
Prédios rústicos. Prédios urbanos. Papéis de crédito. Se há prédios, além dos indispensáveis aos serviços, explicar por que não foram amortizados.
- 26 — *Finanças municipais*
Receitas. Despesas. Dívida. Quais são as principais fontes de receita? Os municípios queixam-se do peso das contribuições municipais?
- 27 — *Serviços municipalizados*
Existem? Quais? O público está satisfeito com a exploração? Foi o interesse público que aconselhou a municipalização ou o intuito de obter receitas para a Câmara? Tem organização industrial?
- 28 — *Funcionalismo municipal*
É numeroso? É competente?
- 29 — *Posturas municipais*
Juntar um exemplar dos Códigos de Posturas actuais e revogados que possam obter-se.
- 30 — *Juntas de freguesia*
Sua acção. Importância que têm no concelho.
- 31 — *Manifestações ou vestígios da intervenção directa dos povos na resolução dos negócios municipais ou paroquiais.*
Assembleias populares. Hábito de consultar no adro os homens velhos do lugar. Assistência popular às sessões da Câmara. Sino da Câmara. Entusiasmo pelo referendo, etc.
- IV — BIBLIOGRAFIA
- 32 — *Monografias e estudos publicados sobre o concelho, ou freguesias dele*
- 33 — *Colecções de documentos, arquivos ou anias municipais que a Câmara tenha publicado.*

G) *Excerto de Os Arquivos, Bibliotecas e Museus Distritais e os Conselhos Distritais de Educação* (Sousa Larcher)

1.º — Criação em cada distrito administrativo, de um Arquivo Distrital, de uma Biblioteca Erudita com uma secção popular, e um Museu Distrital, que compreenda secções de etnologia, história natural, indústria e quando possível de arte e arqueologia, organismos estes subordinados às Juntas Gerais dos Distritos e subsidiados pelo governo e Câmaras Municipaes.

2.º — Que se constituam Conselhos Distritais de Educação, de que façam parte delegados de cada estabelecimento de ensino superior, especial, industrial, secundário e primário, um dos engenheiros de obras públicas e architecto quando haja, chefe dos serviços agrícolas e hydraulicos, intendente de pecuária, delegados de saúde, etc.

3.º — Que a esse conselho seja confiada a direcção dos Serviços Estatísticos e estudo do distrito em todo o sentido em que ele possa ser estudado, recolhendo-se os exemplares com que se organizarão os Museus Regionais.

4.º — E assim estudar-se-hia o solo e sub-solo, debaixo do ponto de vista geológico e do seu aproveitamento industrial por intermédio dos engenheiros, e debaixo do seu aproveitamento industrial por intermédio dos engenheiros, e debaixo do ponto de vista agrícola pelos agrónomos e seus auxiliares, fornecendo estes, ainda, os elementos necessários para se conhecer da flora, culturas que convém abandonar ou reduzir e as que se devem introduzir ou desenvolver.

5.º — O veterinário indicaria a fauna, raças a aperfeiçoar e desenvolver e a forma prática de o conseguir.

6.º — O médico estudaria o desenvolvimento da criança, estabelecendo o serviço de hygiene escolar.

7.º — As escolas primárias recolheriam os jogos e tradições populares.

8.º — Emfim, cada um recolheria todos os elementos de estudo, para se conhecer da indole, tendências e energia da raça, valor do solo e sub-solo, quedas de água, formas de utilização de todas as riquezas.

9.º — Um boletim oficial em cada distrito iria publicando todos os estudos e documentos recolhidos, e para fazer face à despeza seria obrigatória a publicação nesse boletim dos anúncios oficiais das corporações administrativas do distrito, compreendendo as posturas e regulamentos que a lei mande publicar em um dos periódicos da localidade.

10.º — O Conselho Distrital de Educação faria depois a publicação dos trabalhos ordenados e revistos, em duas edições, uma popular para divulgação de conhecimentos úteis, e outra de carácter científico mas prático, para a exploração racional das riquezas naturais e artificiais adequadas ao meio e às necessidades locais, e por isso com garantia de exploração útil e rendosa.

11.º — Às três Universidades (uma em cada região) caberia o papel de coordenar e completar superiormente estes estudos e divulgá-los no estrangeiro.

12.º — A disposição que torna obrigatória a remessa dos livros publicados no país às cinco principais bibliotecas, tornar-se-hia extensiva às Bibliotecas distritais.

13.º — As publicações periódicas de cada distrito seriam remetidas às mesmas bibliotecas.

14.º — Isentar-se-hia de selo a correspondência entre os livreiros e Bibliotecas, e a de livros a estas remetidos.

15.º — Os conselhos distritais de Educação organizarão conferências e exposições, usarão de todos os meios atinentes ao desenvolvimento da instrução e educação nacional, e criarão desde o seu início uma aula de conhecimentos gerais, usando de projecções e de conferências de física e química recreativas e de passeios para educação de adultos.

H) Índice de *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária* (Jorge Dias)

Prefácio

Introdução

Capítulo I — Quadro natural

Capítulo II — Aspectos da povoação

Capítulo III — As Construções e os utensílios

Capítulo IV — Vida social — Organização comunitária

Capítulo V — O Pastoreio — Vezeiras e Lacticínios

Capítulo VI — Agricultura — Abelhas, alfaias agrícolas, carros e outros processos de transporte

Capítulo VII — A Alimentação — O Pão

Capítulo VIII — Vestuário — Tecelagem e tear

Capítulo IX — Crença popular — Religião, superstições, doenças e remédios

Capítulo X — Festas, danças, instrumentos, jogos e desportos

Capítulo XI — Cancioneiro musical

Capítulo XII — Provérbios e adivinhas

Capítulo XIII — Emigração e contrabando

Capítulo XIV — O Homem — Tipo físico, fisionomia e concepção de vida

Capítulo XV — Conclusão

- I) Alguns tópicos extraídos de *Breve Programa para uma Monografia Local* (Jorge Alarcão 1982: 53-60 — trabalho de consulta imprescindível)

«A monografia deve começar por um quadro natural, com descrição geográfica, caracterização geológica e, se possível, pedológica (isto é, dos solos), bem como descrição da cobertura e do povoamento animal naturais [...]» (p. 53).

«A evolução do povoamento, das origens à Reconquista, constituirá outro capítulo, cuja preparação exige a prévia elaboração da carta arqueológica local» (p. 54).

«A Reconquista cristã dos territórios ocupados pelos muçulmanos abrirá, naturalmente, outro capítulo, que se subdividirá em diversas rubricas». (p. 55).

«A história subsequente, dividida até às guerras liberais do século XIX em dois grandes períodos, os séculos XII-XIV e XV-XVIII, poderá ser tratada adoptando um mesmo esquema, cujas rubricas definiremos» (p. 55-58).

«Outro capítulo será consagrado à vida económica, isto é: aos preços [...]; ao crédito [...]; à produção agrícola [...]; à produção industrial [...]; ao comércio [...]» (p. 58).

«Finalmente, trataremos da vida artística e recreativa local, com identificação dos artistas residentes ou visitantes e das suas obras, descrição das festas, folguedos, procissões, etc.» (p. 59).

- J) *Arrumação do Arquivo* — [Municipal de Barcelos] e *Alguns tópicos para a História do Município de Barcelos* (José Capela e João Nunes 1984: 15-26)

A — Antigo Regime (até 1834-36)

1. Foral Novo de D. Manuel I

2. Administração municipal

a) Actas de vereação e de reuniões da Câmara

b) Registo Geral e Privilégios

c) Cargos municipais

- d) Finanças municipais
 - e) Actividades económicas
 - f) Assistência
 - 3. Administração militar:
 - a) Coudelarias
 - b) Ordenanças
 - 4. Aspectos vários da administração territorial
 - a) População
 - b) Correição, justiça e notariado
 - c) Obras e melhoramentos
 - 5. Baldios e bens do Concelho
 - a) Tombos e roteiros de bens
 - b) Provisões para afiramentos
 - c) Notas de Prazo
 - d) Autos de Vistorias
 - e) Reconhecimentos, vendas e laudémios
 - f) Processos vários referentes a baldios (por freguesias, posteriores a 1836)
 - 6. Finanças Públicas:
 - a) Administração do Cofre da Comarca
 - b) Lançamento de impostos no âmbito da jurisdição da Comarca
 - 7. Fundos de outras instituições, depositados no Arquivo Municipal
 - 8. Administração Central e Corregedoria
- B — Monarquia Constitucional (1834-36 a 1910)**
- 1. Miscelâneas e Copiadores de officios e correspondência
 - 2. Finanças municipais
 - 3. Contribuições municipais
 - 4. Requerimentos à Câmara, e licenças
 - 5. Funcionalismo
 - 6. Cóngruas
 - 7. Obras
 - 8. Cemitérios
 - 9. Matadouro
 - 10. Ensino
 - 11. Assistência
 - 12. Contencioso e Polícia
 - 13. Recenseamentos eleitorais e militares
 - 14. Administração das freguesias
 - 15. Documentos particulares ou de outros fundos
 - (...)
 - 4.1 Aspectos essenciais da administração municipal
 - a) O Território, a população e a administração
 - b) A Economia
 - c) Assistência
 - d) Finanças municipais
 - e) Impostos centrais
 - f) Baldios
 - 4.2 Alguns fundos específicos da Monarquia Constitucional

- L) Programa extraído de *A História Regional e Local* (José Mattoso 1988: 169-180; ver aplicação prática deste programa em MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia — *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. Lisboa, Editorial Estampa, 1989)

1. A Terra e a sua ocupação

«Uma monografia regional ou local terá, portanto, depois, de descrever o espaço geográfico escolhido e a sua relação com os territórios circundantes ou com aqueles em que se inscreve como uma parte, de acentuar os elementos que aí condicionam a vida humana e os que o homem pode aproveitar» (p. 171).

2. Os Poderes

«O que importa aqui, porém, não é bem identificar, no caso concreto da monografia regional, os grupos que se poderão assimilar aos guerreiros, sacerdotes e produtores, mas averiguar como se organizam entre si os poderes originados por tais funções: a militar, a religiosa e a económica. E, por outro lado, como é que emerge, a partir de uma ou mais dessas funções, próprias de grupos, uma quarta, englobante e organizadora, normalmente personalizada, a função política. Esta averiguação resulta, muitas vezes, da reconstituição do processo pelo qual se afirmou o poder judicial e o poder fiscal, que justificam as capacidades para julgar e exigir impostos» (p. 173).

3. As Unidades espaciais

«Não é possível fazer a identificação dos poderes sem reconhecer imediatamente o espaço onde eles se exercem e os sinais que exprimem o seu âmbito ou marcam os homens que a eles têm de se sujeitar. Quer isto dizer que só mentalmente se pode separar o estudo dos poderes das unidades espaciais que os limitam. [...] Antes de falar expressamente na cultura, convém ainda insistir na eventual sobreposição das diversas unidades, identificadas por meio dos critérios já mencionados, e lembrar que as tensões, sobreposições e justaposições de unidades onde se exercem os diversos poderes ou se praticam determinados costumes geram uma dialéctica que a história regional e local tem de desmontar para mostrar como funciona» (p. 174-175).

4. As Manifestações culturais

«É preciso, portanto, estudar à parte as manifestações artísticas produzidas pela comunidade que se pretende conhecer. A poesia, a literatura, a pintura, a escultura, a arquitectura, as artes decorativas têm também lugar, e importante, nas monografias regionais e locais. Se possível, não se devem limitar a enumerar as obras, nem sequer a estudar os seus autores, quando se podem atribuir a alguém. É preciso tentar ver de que modo exprimem a comunidade ou denotam influências alheias e qual o grau da sua gratuidade ou originalidade. Não se confunda isto, em todo o caso, com as listas das glórias da terra, sobretudo quando a única ligação com ela é o registo de nascimento» (p. 176-177).

5. A Diacronia

«Ao expor os resultados da sua investigação, o autor da monografia terá de acentuar os períodos para os quais são válidos os dados referidos. Mas é preciso também reunir num capítulo à parte os elementos cronológicos, para reconstituir a evolução global. Esta, por sua vez, para se tornar compreensível, dever-se-á dividir em períodos cujas censuras sejam escolhidas de modo a acentuar as alterações mais significativas» (p. 177).

6. A Documentação

«Dado o ponto de vista que adoptei, é natural que comece por lembrar que se deve considerar a paisagem como documento. Quero-me referir às marcas que o homem nela deixou. [...] Seguem-se os monumentos, vestígios arqueológicos, obras de arte, erudita ou popular, e objectos da civilização material de outrora. [...] Por último o imenso grupo dos documentos escritos. Aqui o que importa, antes de mais, é constituir corpos documentais, completos e seriáveis pelas coordenadas do tempo e do espaço. [...] Inseridos os documentos em séries datadas, trata-se de saber que dados devemos procurar neles. Neste ponto, é necessária a maior imaginação, para poder encontrar respostas às questões que fui enunciando ao longo desta exposição» (p. 178-179).

M) *Ideias-força* extraídas de *História... Que História?* (Luís Reis Torgal 1987: 862-863)

1.º — Importa, em primeiro lugar, que os programas do ensino básico e secundário não se limitem a vagas considerações sobre a necessidade da integração dos alunos no espaço em que vivem, mas que sensibilizem os professores e os estudantes para o conhecimento da sua realidade local e regional e que criem condições práticas para que o contacto com tal realidade seja possível e, por assim dizer, imperativo.

2.º — É necessário que as Universidades e os Institutos Politécnicos, e as suas Escolas Superiores de Educação, tendo em conta os seus objectivos diferentes evidentemente, confirmem uma preparação cada vez mais profunda e adequada a uma prática de pesquisa e que não enveredem por uma via «pan-pedagógica» teórica, sem com isto procurar desvalorizar as ciências pedagógicas, que deverão ter o seu lugar próprio no âmbito do ensino. E essa preparação — que pode e deve supor cadeiras ou cursos específicos de História Local e Regional — não deve apenas ser realizada ao nível do bacharelato ou da licenciatura, mas também em pósgraduação (através de mestrados e cursos especializados) e em sistema de formação contínua.

3.º — Os Institutos Politécnicos, que estão a organizar um pouco por todo o lado estes Colóquios de História Local e Regional, parece terem encontrado — pela sua forte implantação nas regiões — uma das suas áreas vocacionais. Será importante, por isso, que estabeleçam uma rede de ligações com as Universidades, as escolas básicas e secundárias, as autarquias e as empresas e que interessem nesta realização os organismos centrais de dinamização cultural. Inclusivamente parece-me que seria do maior interesse a criação de Centros de História Local e Regional que levassem a efeito linhas de pesquisa sistemática, pois hoje a História já não pode viver só de simples trabalhos individuais e de amplitude parcelar.

4.º — Gostaria de afirmar — embora isso possa parecer polémico — que mais do que «fazer» História Local e Regional é prioritário hoje a recolha e, se possível, a publicação e/ou catalogação criteriosa das fontes, por processos científicos. A História é uma ciência complexa e o historiador não se improvisa — esta foi, de resto, no seu aspecto restritivo, é certo, uma das lições da «escola metódica», infelizmente nem sempre ouvida. Não quero subestimar, de modo algum, o papel dos eruditos regionais e locais, que têm dado um contributo significativo; o que entendo sim é que o seu trabalho seria mais profícuo em termos científicos se tivessem menos a preocupação de «fazer História» do que, através de processos técnicos adequados — pelo que seria necessário uma formação e um acompanhamento próprio —, dessem a conhecer, com introduções orientadoras, os documentos que encontrassem. Assim a recolha documental poderia ser em certos casos definitiva, não sendo necessário voltar constantemente atrás, como é timbre de um estudo histórico mal organizado.

Levantamento bibliográfico dos estudos locais minhotos *

BIBLIOGRAFIAS

- 1 ARANHA, Pedro Venceslau de Brito — *Bibliographie des ouvrages portugais pour servir à l'étude des villes, des villages, des monuments... du Portugal...* Lisboa, 1900.
- 2 BIBLIOGRAFIA COROGRÁFICA DE PORTUGAL. Lisboa, Biblioteca Popular de Lisboa, 1962-1978, 7 vols.
- 3 CUNHA, Arlindo Ribeiro da — *Achegas para uma bibliografia do distrito.* «O Distrito de Braga», Braga, 2.ª série, 1 (1-2-3-4) 1975, p. 537-544.
- 4 DIAS, Eduardo Rocha — *Monografias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do continente de Portugal. Breve indicação.* Lisboa, 1908.
- 5 FIGANIÉRE, Jorge César de — *Bibliografia histórica portuguesa.* Lisboa, Tip. do Panorama, 1850.
- 6 FIGUEIREDO, A. Mesquita de — *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa.* Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.
- 7 GRUPO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Bibliografia Anual de História de Portugal da Pré-História a 1974. Ano de 1989.* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.
- 8 Herman LAUTENSACH — *Bibliografia geográfica de Portugal.* 2.ª ed., Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1973; CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS — *Bibliografia Geográfica de Portugal: 2.ª vol., 1947-1974,* Lisboa, CEG, 1982.
- 9 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969).* Lisboa, IPCC, 1984.
- 10 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979).* Lisboa, IPCC, 1985.
- 11 PEREIRA, Benjamin Enes — *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa.* Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.
- 12 PROJECTO ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS — *Bibliografia das monografias locais. I Síntese temática das artes e ofícios tradicionais* [Lisboa], Ministério da Educação, [1989].
- 13 SILVA, Inocêncio Francisco da — *Dicionário Bibliográfico Português.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1958, 23 vols.
- 14 TRABALHOS PORTUGUESES INÉDITOS SOBRE ECONOMIA AGRÁRIA. *Inventário.* Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1959.

* A recolha bibliográfica aqui apresentada, assenta, essencialmente, em pesquisas feitas na Biblioteca Pública de Braga e na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, tendo beneficiado ainda das preciosas achegas do nosso colega e amigo Dr. Henrique Barreto Nunes (bibliotecário e colecionador de monografias sobre o Minho). Recomenda-se, bastante, a consulta do trabalho de ALARCÃO, Jorge — *Introdução ao estudo da história e património locais* (Coimbra, 1982) para a obtenção de dados bibliográficos complementares.

Este levantamento bibliográfico serve, apenas, de complemento à análise produzida sobre a evolução e a natureza dos estudos locais e não pode ser tomado como uma Bibliografia no sentido usual do termo, além de que reflecte a hibridéz da literatura monografista e a fluidez do critério na escolha dos trabalhos. Limitação que assumo e só considero superável através de um projecto bibliográfico e informático que vise a introdução numa Base de Dados de todas as referências existentes (em livro e periódicos).

1. Portugal

- 15 *À Descoberta de Portugal*, Lisboa, Selecções de Reader's Digest, 1982.
- 16 ACKERMANN, Eugène — *Le Portugal moderne. Étude intime des conditions industrielles du pays*. Paris, 1907.
- 17 ALMEIDA, José Augusto Ferreira de (dir.) — *Tesouros artísticos de Portugal*. Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976.
- 18 ARTE E A NATUREZA EM PORTUGAL. Porto, 1908 (8 volumes).
- 19 BIROT, Pierre — *Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, [1975].
- 20 BRANDÃO, Maria Lurdes — *Presença de Portugal*. Rio de Janeiro, 1969.
- 21 CAMPOS, Agostinho de — *Jardim da Europa. Casos, tipos, aspectos de Portugal. Meditações e heresias de um português*. Lisboa, 1912, 2.^a ed.
- 22 CARVALHO, Pereira de — *Portugal*. Lisboa, 1940.
- 23 CHANTAL, Suzanne — *Portugal, terres et gens*. Lisboa, Shell Portuguesa SARL [1963].
- 24 CORTESÃO, Jaime — *Portugal. A Terra e o homem*. S.l., Artis, 1966.
- 25 COSTA, Américo — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular...*, 12 vols., Porto, 1929-1949.
- 26 COSTA, L. de Mendonça e — *Manuel du Voyageur en Portugal. 175 gravures, 4 cartes et 3 plans de villes*. 2.^a ed., Lisbonne, 1908.
- 27 DENIS, Ferdinand — *Portugal*. Paris, 1846.
- 28 DESCAMPS, Paul — *Histoire sociale du Portugal*. Paris, Firmin-Didot, 1959.
- 29 DESCAMPS, Paul — *Le Portugal. La vie sociale actuelle*. Paris, Firmin-Didot, 1935.
- 30 FIGUEIREDO, Alphonse de — *Le Portugal. Considération sur l'état de l'administration, des finances, de l'industrie et du commerce de ce royaume et de ses colonies*. Lisbonne, 1873.
- 31 FIGUEIREDO, José de — *Portugal na exposição de Paris*. Lisboa, 1901.
- 32 FREIRE, João Paulo — *Por terras do norte e do sul. Águas passadas*. Porto, 1928.
- 33 FREITAS, J. J. Rodrigues de — *Notice sur Portugal*. Paris, 1867.
- 34 GAUTHIER, Jean et al. — *Le Portugal. En images*. Paris, s/d.
- 35 GRAHAM, Gordon H. — *Portugal, land of sunshine*. [Lisboa], Directorate Generale of Tourism of Portugal, s.d.
- 36 HARTMANN, Hans W. — *Le Portugal vu par un suisse*. Zurich, s.d.
- 37 HEYD, Varvara — *Portugal visto por Varvara Heyd*. [Rio de Janeiro, Centro Lume, 1973].
- 38 INTRODUCING PORTUGAL. [Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972].
- 39 KESSLER, Richard von — *Portugal von der Guadiana zum Minho. (Land und leute)*, Stuttgart, s.d.
- 40 LABRA CARVAJAL, Armando — *El Portugal*. Lisboa, 1920.
- 41 LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho — *Portugal antigo e moderno. Dicionario Geographico, estatístico...*, 12 vols., Lisboa, Tip. Editora de Matos Moreira e Companhia, 1873-1890.
- 42 MARAVILHAS DE PORTUGAL. COLECÇÃO DE 260 CROMOS — Venda Nova-Amadora, Editorial Ibis, [1963].
- 43 MENDES, Maria Clara; CALADO, Maria — *Por Terras de Portugal*. Lisboa, Selecções Reader's Digest, 1985.
- 44 MONTES, António — *Terras de Portugal, 2.^a série*. Lisboa, 1939.
- 45 NORONHA, Eduardo de — *Do Minho ao Algarve. Viagem pitoresca e aventureira através de Portugal*. Porto, Magalhães & Moniz, Lda. Editores, 1910.

- 46 NOTAS SOBRE PORTUGAL (Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa). Lisboa, 1908.
- 47 OGRIZEK, Doré — *Le Portugal*. Paris, Editions Odé, 1950.
- 48 OLIVEIRA, Lopes de — *Por terras de Portugal. Paisagens — Arte — Costumes*. Lisboa, 1929.
- 49 OLIVEIRA, Manuel Alves de — *Guia Turístico de Portugal de A a Z*. Lisboa, D. Quixote, 1990.
- 50 PACHECO, Hélder — *Portugal: património cultural popular*. Porto, Areal, 1985.
- 51 PAPY, Luis; GADALA, Th. — *Le Portugal*. Grenoble, 1935.
- 52 PEIXOTO, Afrânio — *Viagens na minha terra. Portugal*. Porto, Liv. Lello & Irmão, 1938.
- 53 PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme — *Dicionário histórico, chorographico, heraldico...*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres Editor, 1904-1915.
- 54 PORTUGAL. A ARTE: OS MONUMENTOS: A PAISAGEM: OS COSTUMES: AS CURIOSIDADES. 10 Fasc. Barcelos, s.d.
- 55 PORTUGAL. ATRAVÉS DO TEMPO E DA HISTÓRIA. Porto, 1934.
- 56 PORTUGAL ECONÓMICO, MONUMENTAL E ARTÍSTICO. Lisboa, s.d. (3 vols.)
- 57 PORTUGAL. In *New York World's Fair 1939*. Lisboa, 1939.
- 58 PORTUGAL. NOTES ET IMAGES. Lisbonne, 1953.
- 59 PORTUGAL. PERGUNTE PARA SABER [Lisboa, Secretaria de Estado de Informação e Turismo, 1972].
- 60 PORTUGAL OF TODAY. Special edition dedicated to Portugal. Mexico, Editor Julio Garcia Lourdes, s.d.
- 61 PORTUGAL. SON CLIMAT, CLIMATE. SES PAYSAGES, LANDSCAPE. SA RICHESSE THERMAL, WATTERING PLACES, etc., etc. Lisboa, 1929.
- 62 QUEIRÓS, Carlos — *Paysages du Portugal*. Lisbonne, s.d.
- 63 RACZYNSKI, Comte A. — *Dictionnaire historico-artistique du Portugal pour faire suite à l'ouvrage ayant par titre: Les arts en Portugal lettres adressés a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*. Paris, Jules Renouard, 1845.
- 64 REYNOLD, Gonzague de — *Portugal*. Paris, 1936.
- 65 RIBEIRO, Orlando — *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. (4.ª ed.) Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1986.
- 66 ROUFFEYROUX, Léonce de — *Portugal*. Paris, E. Dentu, 1880.
- 67 SALAZAR, Abel — *Digressões em Portugal, 1.ª vol.* Porto, Imprensa Portuguesa, 1935.
- 68 SANTA-RITA, Gonçalo — *Portugal, a expressão da paisagem*. Lisboa, 1982.
- 69 SARAMAGO, José — *Viagem a Portugal*. Lisboa, Editorial Caminho, 1985 (2.ª ed.).
- 70 SAVINE, Albert — *Le Portugal il y a cent ans. Souvenirs d'une ambassadrice*. Paris, Luis Midraud, 1912.
- 71 SOUTO, Lopes do — *Portugal 1964*. Lisboa, Diário de Lisboa, [1965] (Texto em alemão e em inglês).
- 72 SOUTO, Lopes do — *Realidades portuguesas*. Lisboa, Diário de Lisboa, [1968].
- 73 STEPHENS, H. Morse — *Portugal*. London, s.d.
- 74 EL TERRITORIO PORTUGUÉS. Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, [1972].
- 75 VIANA, António Manuel Couto — *[Textos introdutórios das regiões]*, in MODESTO, Maria de Lourdes — *Cozinha Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Verbo, 1982.

2. Minho (a Província)

- 76 ABREU, Leonídio de — *Silva minhota*. Braga, 1956.
- 77 ALMEIDA, Fialho de — *Estancias d'arte e de saudade*. Lisboa, 1921.

- 78 ARAÚJO, Veloso de — *O Minho rural e a agricultura moderna*. Braga/Vila Nova de Famalicão, 1928.
- 79 AZEVEDO, Correia de — *Minho e Galiza = Miño y Galicia*. S.l., s.n., s.d.
- 80 AZEVEDO, Correia de — *Minho turístico*. Vila Nova de Gaia, 1967.
- 81 AZEVEDO, Correia de — *Terras com foral ou pergaminho das províncias do Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro e Beiras*. S.l., s.n., 1967, p. 15-33.
- 82 CASTRO, João de — *Jornadas no Minho: impressões, aventuras e travessuras de dois excursionistas meridionais*. Lisboa, Ferreira de Oliveira, 1906.
- 83 CHIAS Y CARBO, Bento — *Mapa de la provincia de Minho: distritos Viana do Castelo, Braga: cartas chorographicas*. Barcelona, Editorial de Alberto Martim, s.d.
- 84 C[OSTA], [Joaquim] G[uilherme] — *Oito dias no Minho*. Lisboa, Tip. da Papelaria Palhares, 1902.
- 85 COSTA, António da — *No Minho*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.
- 86 CRESPO, José — *O Minho, região de beleza eterna*. Viana do Castelo, s.n., s.d. (4.ª ed.).
- 87 CRESPO, José — *Roteiro do Minho: guia turístico, cultural, económico e desportivo*. Viana do Castelo, Edição do Autor, 1978.
- 88 CUNHA, Manuel Celso da Silva — *Minho. Cartaz típico*. [Barcelos], 1961.
- 89 DIAS, Jorge — *Minho, Trás-os-Montes et Haut-Douro*. Lisboa, 1949.
- 90 DIONISIO, Sant'Ana — *Velho Minho*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1978.
- 91 FARIA, Armindo de — *Minho, dossel de Portugal*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1965.
- 92 FIGUEIREDO, A. Lopes de — *Noticia histórica das cidades, vilas e casas ilustres da provincia do Minho*. Braga, Tip. Lusitana, 1873.
- 93 FREIRE, João Paulo — *Por terras do norte... Aspectos e impressões*. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1926.
- 94 FREIRE, João Paulo — *Terra lusa. Impressões de viagem. Minho e Braga, Douro de relance. Camillo Castello Branco em Vandoma (Informações ineditas)*. Lisboa, Casa do Globo, 1917.
- 95 GUERRA, Luis Figueiredo da — *Guia do Caminho de Ferro do Minho (De Nine a Valença)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1879.
- 96 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Torres solarengas do Alto-Minho*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.
- 97 GUIA DE PORTUGAL. 4.ª VOLUME — ENTRE DOURO E MINHO. II MINHO. 2.ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1986].
- 98 LEMOS, Alvaro V. — *O Minho alegre e cantador*. Coimbra, Central, 1926.
- 99 MENESES, Mário — *Anotações ao IV volume do Guia de Portugal*. Régua, 1967.
- 100 TRIGUEIROS, Luís Forjaz — *O Minho: Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Livraria Bertrand, [1957].
- 101 O MINHO. DISTRITO DE BRAGA E VIANA. «Portugal Divulgação», Lisboa (1) 1978, 12 p.
- 102 MONOGRAFIAS DAS ESTAÇÕES E ESBOÇO COROGRÁFICO DA ZONA ATRAVESSADA PELOS CAMINHOS DE FERRO DO MINHO E DOURO. Lisboa, Imprensa dos Caminhos de Ferro do Estado, 1926.
- 103 MONTEIRO, Campos — *Entre-Douro-e-Minho (Exposição portuguesa em Sevilha, «Portugal-Monografias»)*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.
- 104 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Imagens do Minho oitocentista*. Braga, Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores de Segurança Social e Saúde, 1985.

- 105 RAPOSO, Francisco Hipólito — *O Minho e mais três concelhos roubados ao Porto*. Lisboa, Mobil Oil Portuguesa, 1984.
- 106 RIBEIRO, Luciano — *Uma descrição de Entre-Douro e Minho por Mestre António*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», Porto, 22 (3-4), 1959.
- 107 RODRIGUES, M. M. Sarmento — *Rio Lima. O seu navio e os seus heróis*. S.l., s.n., 1944.
- 108 SAMPAIO, Francisco — *Produto turístico do Alto Minho*. Viana do Castelo, Edição da Região de Turismo do Alto Minho (Costa Verde), 1991.
- 109 SÃO ROMÃO, Visconde Vilarinho de (António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão) — *O Minho e suas culturas*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
- 110 SILVA, Duro — *Subsídios para a história do Minho. O Rio Lethes e o Forum Limicorum*. Lisboa, Livraria de J. Rodrigues & C.ª, 1923.
- 111 SOUSA, Tude M. de — *Gerez, notas etnográficas, arqueológicas e históricas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.
- 112 SOUSA, Tude M. de — *Serra do Gerez*. Porto, Livraria Chardon, 1909.
- 113 TRIGUEIROS, Luís Forjaz — *Campos Elísios. Páginas minhotas*, S.l., s.n., 1956.
- 114 VIANA, Abel — *Vocabulário minhoto. Subsídios*. Esposende, Livraria Esposendense, 1930.
- 115 VIEIRA, José Augusto — *O Minho pittoresco*. Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887, 2 vols.
- periódicos**
- 116 *Água mole: revista de cultura popular*. Braga, 1988.
- 117 *Cadernos do Noroeste*. Braga, 1986.
- 118 *Forum*. Braga, 1987.
- 119 *Gente minhota*. Braga, 1926.
- 120 *Minia. Subsídios para o estudo da terra e do homem do Minho*. Braga, 1.ª série, 1944-1946; 2.ª série, 1978-1986.
- 121 *Revista do Minho. Para o estudo das tradições populares*. Esposende, 1888-1914 (nova série).

3. Minho (distritos, concelhos, cidades, vilas e freguesias)

Distrito de Braga

- 122 *O Distrito de Braga. Imagem real e potencialidades*. Braga, Governo Civil, [1985].
- 123 *Distrito de Braga. Demografia. Educação. Economia. Património. Política*. [Braga], Governo Civil, 1989.
- 124 NUNES, Henrique Barreto; OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Património cultural e história: distrito de Braga — 1989*. Braga, 1989.
- 125 PACHECO, Helder (cord.) — *Braga: encontros e descobertas*. Porto, Lema, 1990.
- 126 REGO, João Figueiroa — *Memórias de aquém e além Cávado. Subsídios históricos*. Braga, 1985 (dactilografado; existe 1 exemplar na BPB).
- periódicos**
- 127 *Almanaques* — (ver CUNHA, Maria Helena R. Laranjeiro da — *Almanaques de Braga*. «Forum», Braga (5) Maio 1989, p. 29-75).
- 128 *Anuário do distrito de Braga*. Braga, 1906.
- 129 *Boletim Distrital. Junta Geral do Distrito de Braga*. Braga, 1931.
- 130 *O Distrito de Braga. Boletim cultural de etnografia e história*. Braga, 1961-1982.

Amares, conc.

- 131 RODRIGUES, Domingos — *Caldelas em 3 dimensões*. S.l., Edição do Autor, 1986.
- 132 SILVA, Domingos Maria da — *D. Félix Machado e o concelho de Amares*. Braga, 1984.
- 133 SILVA, Domingos Maria da — *Entre Homem e Cávado*. Amares, 1958, 3 vols. (1 e 2 — Monografia do concelho de Amares).
- 134 [SILVA, Domingos Maria da] — *Entre Homem e Cávado*. Cantigas, S.l., s.n., [1981].
- 135 SILVA, Domingos Maria da — *Entre Homem e Cávado em meados do séc.XVIII. Memórias paroquiais*. Braga, 1985.

Barcelos, conc.

- 136 ABREU, A, Antunes de — *Vila Cova: a Terra e o homem*. Barcelos, Câmara Municipal, 1986 (Separata de «Barcelos-Revista», Barcelos, 3 (1) 1986, p. 327-484).
- 137 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Barcelos*. Lisboa, Editorial Presença, 1990 (col. Cidades e Vilas de Portugal).
- 138 ALMEIDA, Francisco Alves de — *Galegos, Santa Maria (Barcelos)*. S.l., s.n., 1976.
- 139 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho — *Monografia de Santa Eulália de Rio Covo-Barcelos*. S. Julião de Freixo (Ponte de Lima), Edição da Autora em colaboração com o C.E.R., 1984.
- 140 BARREIROS, Manuel de Aguiar — *A Igreja de Vilar de Frades no concelho de Barcelos*. Porto, Marques Abreu, 1919.
- 141 BARROSO, José Joaquim Ferreira — *monografia geográfica. Conceito moderno de geografia. Como deve ser ensinada — Esboço geográfico do concelho de Barcelos*. Vila Real, Imprensa Artística, s.d.
- 142 CAPELA, José Viriato — *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos. A Administração municipal nos fins do antigo regime*. Barcelos, Câmara Municipal, 1989 (Separata de «Barcelos-Revista», Barcelos, 3 (1) 1986, p. 8-324).
- 143 COSTA, Areias — *Sant'Iago de Vila Seca. História... Tradições... Costumes...* Vila Seca, Edição do Autor, 1983.
- 144 CRUZ, Bento Antas da — *Ensaio para os anais do município de Barcelos. A Comarca. Parte primeira*. [Barcelos], Edição do Autor, 1932.
- 145 CUNHA, Fernanda de Matos — *Notas etnográficas sobre Barcelos*. Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1932.
- 146 FARIA, Antero de — *Franqueira*. Barcelos, 1956 (2.^a ed.).
- 147 FERNANDES, Maria Celeste Andrade da Costa — *Elementos para a história do Couto de São Martinho de Manhente*. Porto, 1968 (dactilografado; dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas — Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- 148 FERREIRA, José — *Do Monte d'Assaia ao rio Este: A Confraria de Nossa Senhora da Saúde: a Honra do Couto de Fralães (Concelho de Fralães)*. Monte de Fralães, Edição do Autor, [1988] (2.^a ed.).
- 149 FERREIRA, Manuel Avelino — *A Igreja beneditina de Nossa Senhora do Terço. História duma Igreja na história de Barcelos*. Barcelos, Edição do Autor, 1982.
- 150 FERREIRA, Manuel Avelino — *Roteiro do visitante. Da Igreja beneditina de Nossa Senhora do Terço. Edição acrescida de apreciações*. Barcelos, Edição do Autor, 1982.
- 151 FONSECA, Teotónio J. da — *O Concelho de Barcelos. Aquém e além-Cávado*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1933-37 (Reedição Barcelos, Santa Casa da Misericórdia/ /Câmara Municipal, 1987, também em 2 vols.).
- 152 A FRANQUEIRA. NO PASSADO, PRESENTE E FUTURO. RELATÓRIO. Barcelos, Confraria de Nossa Senhora da Franqueira, 1944.

- 153 FREIRE, Manuel da Rocha — *Raridade bibliográfica. Relação histórica do que fizeram os moradores de Barcelos, desde o dia em que na vila aclamaram D. João IV, apenas sabida a restauração da capital em 1 de Dezembro de 1640, até ao último de Janeiro de 1642*. Braga, Livraria Internacional, 1871.
- 154 GOMES, Manuel José da Silva — *Memórias de Vilar do Monte*. S.l., s.n., 1926 (Monografia dactilografada pelo Autor; existe 1 exemplar na BMBarcelos).
- 155 LANDOLT, Cândido Augusto — *Tradições populares colhidas no concelho de Barcelos... Com uma introdução por J. Leite de Vasconcelos*. Barcelos, 1884.
- 156 LEITÃO, Joaquim — *Guia ilustrado de Barcelos*. S.l., s.n., 1908.
- 157 MACIEL, Cândido Neiva de Oliveira et all. — *Vale do Neiva, subsídios monográficos*. Barcelos, Edição do Autor, 1982.
- 158 MACIEL, Manuel Justino Pinheiro — *Monografia de Durrães*. Braga, 1979. (Separata de «O Distrito de Braga», 4, 2.ª série, 8 (1 a 4) 1979, p. 17-173).
- 159 MAGALHÃES, António Martins — *Barcelos, verde Minho. Guia turístico*. S.l., Edição do Autor, 1987.
- 160 MAGALHÃES, Ernesto de Amorim — *Barcelos. No passado. No presente*. Barcelos, Papelaria Liz Editora, 1958.
- 161 MEMÓRIA DA I SEMANA DE OFERTAS AO HOSPITAL REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 1943. (Barcelos), Santa Casa da Misericórdia, (1943).
- 162 MENeses, José de Azevedo e — *Ninharias. Refutação documentada dos erros cometidos pelo sr. Anselmo Braamcamp Freire nos seus estudos publicados acerca dos Farias de Barcelos*. Famalicão, Tip. Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1911 (3 vol.).
- 163 NOVAIS, José Francisco — *Divino salvador do Campo. Barcelos. Respiços tirados do seu interessante arquivo paroquial*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1951.
- 164 PEREIRA, Alcino da Cunha — *A Igreja da Carapeços (O Templo e o povo). Apontamentos para a sua História. 25 anos de paroquialidade, 1962-1987*. S.l., s.n., [1987].
- 165 PEREIRA, Domingues Joaquim — *Memória histórica da villa de Barcellos, Barcellinhos e Vila Nova de Famalicão, por...* Viana, Tip. André J. Pereira & Filho, 1867.
- 166 RIBEIRO, A. M. do Amaral — *Notícia descritiva da muito nobre e antiga — villa de Barcellos. 2.ª edição correcta e augmentada*. Barcelos, Editor E. R. de Sá Viana, 1867.
- 167 RIBEIRO, Hélio Gomes — *Pousa, Santa Cristina e Reguela — S. Salvador*. S.l., 1979.
- 168 RIBEIRO, Hélio Gomes — *S. Romão da Ucha*. Braga, 1978.
- 169 O RIO NEIVA. MONOGRAFIA. Porto, 1978.
- 170 SAMPAIO, José Mancelos (org.) — *Recordações históricas de Barcelos*. Barcelos, Publicação do Notícias de Barcelos, 1932.
- 171 SAMPAIO, José Mancelos — *A Servidão de Barcelos a Guimarães*. Barcelos, Câmara Municipal, 1943.
- 172 SAMPAIO, José Mancelos e SOUCASAUX, Augusto — *Barcelos, Resenha histórico-pitoresca-artística*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1927.
- 173 SIMÕES, Santos — *Breves notas sobre alguns azulejos de Barcelos*. Barcelos, Edição do Grupo Alcáides de Faria, s.d. (Separata do n.º 3 do «Boletim do Grupo Alcáides de Faria»).
- 174 SOUCASAUX, Augusto — *Etc. Figuras, tipos e coisas*. Barcelos, Livraria Liz, 1956-1957.
- 175 SÓUSA, Simplício Landolt de (col.) — *Para melhor compreensão da exposição, a arte do trabalhador e a indústria regional de Barcelos*. Barcelos, Grémio do Comércio do Concelho de Barcelos, 1960.

176 VELOSO, Rodrigo — *Barcelos*, in «A Arte e a Natureza em Portugal». Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1908.

periódicos

177 *Amanhecer*. Barcelos, 1983.

178 *Barcellos-Revista: patriótica, sportiva e recreativa*. Barcelos, 1909-1912.

179 *Barcellos-Revista*. Barcelos, 2.ª série, 1981.

180 *Boletim do Grupo Alcaides de Faria*. Barcelos, 1948.

181 *Boletim Informativo do Museu Regional de Cerâmica*. Barcelos, 1966-1967.

182 *Cadernos de Etnografia do Museu Regional de Cerâmica/Museu de Cerâmica Popular Portuguesa*. Barcelos, 1.ª série, 1964-1966; 2.ª série, 1967-1969 (sobre Barcelos ver da 1.ª série n.º 2, 4, 5, 6, 7 e 8 e da 2.ª n.º 7).

Braga, conc.

183 ABREU, Leonídio de — *Braga: coisas de outros tempos*. Braga, Soares dos Reis Editor, 1983.

184 ABREU, Leonídio de — *A Falperra*. Braga, 1958.

185 ACCIAIUOLI, Maria Elisa Teles Menezes Correia — Monografia de Santa Maria de Adaúte (Minho). Lisboa, 1951 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social — Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa).

186 ARAÚJO, António de Sousa — *Braga no séc. XVIII: para o estudo do Mapa das Ruas*. Braga, 1991.

187 CAPELA, José Viriato — *O Município de Braga de 1750 a 1834*. Braga, Câmara Municipal, 1991.

188 COELHO, Constantino Ribeiro — *Braga antiga, velharias bracarenses*. Braga, 1992.

189 COSTA, Luís — *Braga ontem. Pequenos subsídios para a história da cidade*. Braga, Edição da Câmara Municipal, 1982.

190 FEIO, Alberto — *Coisas memoráveis de Braga*. Braga, Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga, 1984.

191 FERREIRA, José Augusto — *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*. Famalicão, Edições da Mitra Bracarense, 1928-1934 (4 vols.; nova ed. em 1989).

192 FREITAS, B. J. de Sena — *Memórias de Braga*. Braga, Imprensa Católica, 1890.

193 GUERRA, Maria Carlota de Magalhães — *Monografia da freguesia de S. Jerónimo de Real (Braga)*. Lisboa, 1940 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social/I.S.S.S.L.).

194 *Mapa das Ruas de Braga*. Braga, Universidade do Minho/ Arquivo Distrital de Braga, 1989/1991, 2 vol.

195 MERELIM, Pedro — [pseudónimo de CUNHA, Joaquim Gomes da] — *Merelim (S. Pedro). Ontem e hoje*. S.L., Edição da Junta de Freguesia de Merelim (S. Pedro), 1989.

196 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 1 — As Alterações toponímicas (1380-1980)*. Braga, ASPA, 1982.

197 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 2 — Anais de Braga (1852-1859). Introdução e notas de... «Mínia»*, Braga, 2.ª série, 4 (5) 1981,, p. 25-68.

198 OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto e MESQUITA, João — *Estudos bracarenses. 3 — Braga. Evolução da estrutura urbana*. Braga, Câmara Municipal, 1982.

199 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 4 — Para uma bibliografia do cônego Arlindo Ribeiro da Cunha*. «Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 37, 1982, p. 161-188.

200 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenses. 5 — A Arcada da Lapa. A Arquitectura*. Braga, Soares dos Reis Editor, 1982.

- 201 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenenses. 6 — O S. João. Breve antologia histórica*. Braga, Soares dos Reis Editor, 1983.
- 202 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenenses. 7 — Arquitectura do ferro na cidade de Braga*. «Mínia», Braga, 2.ª série, (6) 1982, p. 57-82.
- 203 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenenses. 8 — O Coreto da Avenida Central*. «Lucerna», Porto, vol. de homenagem a D. Domingos de pinho Brandão, 1984, p. 397-410.
- 204 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenenses. 9 — Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenenses*. «Conimbriga», Coimbra (24) 1985, p. 5-83.
- 205 OLIVEIRA, Eduardo Pires de — *Estudos bracarenenses. 10 — As Comemorações do I Centenário do Bom Jesus do Monte (1884)*. «Mínia», Braga, 2.ª série (7) 1983, p. 79-118.
- 206 PEREIRA, Agostinho Correia — *Monografia da freguesia rural de Palmeira*. Concelho de Braga. «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», Lisboa, 9 (6) 1912.
- 207 PINTO, Sérgio da Silva — *Braga na história. Elementos para o seu estudo*. Braga, Câmara Municipal, 1959.
- 208 PINTO, Sérgio da Silva — *Resenha histórica de Braga medieval*. Braga, Congresso Histórico de Portugal Medieval, 1959.
- 208a ROCHA, José Martins Alves da — *A Minha Aldeia [Cabreiros]. Poema histórico e literário*. Rio de Janeiro, 1949
- 209 III CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA IGREJA DE S. VICTOR. BRAGA. NAS BODAS DE PRATA SACERDOTAIS DO PÁROCO, 7-12-1986. Braga, Comissão Fabriqueira Paroquial de S. Victor, s.d.
- periódicos**
- 210 *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*. Braga, 1920-1954.
- 211 *Boletim do Arquivo Municipal de Braga*. Braga, 1935-1949.
- 212 *Bracara Augusta. Revista cultural de regionalismo e história da Câmara Municipal de Braga*. Braga, 1950.

Cabeceiras de Basto, conc.

- 213 CUNHA, Vitor — *Monografia de Cabeceiras de Basto. História, lendas, curiosidades*. Cabeceiras de Basto, 1958.
- 214 GABINETE DE APOIO TÉCNICO DO BAIXO TÂMEGA — *Concelho de Cabeceiras de Basto: estudos sumários de planeamento: Plano director municipal*. S.l., 1985.
- 215 MOSTEIRO DE REFOJOS. CABECEIRAS DE BASTO. ONTEM E HOJE. [Cabeceiras de Basto], Fábrica da Igreja Paroquial de Refojos, 1984.
- 216 SALGADO, Daniel — *Terras de Basto*. Famalicão, Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1933.

Celorico de Basto, conc.

- 217 LEMOS, João Marinho de — *Celorico de Basto. Entre o passado e o futuro*. Celorico de Basto, Câmara Municipal, [1988].
- 218 SALGADO, Daniel — *Terras de Basto*. Famalicão, Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1933.

Esposende, conc.

- 219 AMANDIO, José Bernardino — *Esposende e o seu concelho, na história e na geografia (Elementos)*. Coimbra, 1960 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- 220 CEPA, Manuel Martins — *Monografia de S. Bartolomeu do Mar. (Concelho e arcebispo de Braga)*. Braga, 1944.

- 221 COLÓQUIO MANUEL DE BOAVENTURA — 1985. ACTAS, 2 vols. Esposende, Casa da Cultura/Biblioteca Municipal, 1987-88.
- 222 FONSECA, Teotónio da — *Esposende e o seu concelho*. Esposende, Livraria Espozendense, 1936.
- 223 GOMES, Domingos A. de Almeida — *Breve comentário à Corografia Portuguesa (Estudo histórico)*. Esposende, Edição da Livraria Espozendense, 1936.
- 224 GONÇALVES, Maria Fernanda Lopes — *Monografia da Apúlia (Minho)*. Lisboa, 1958 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social/I.S.S.S.L.).
- 225 LARCHER, Jorge de Neves — *Monografia de Fão*. Esposende, Tip. Cávado, 1948.
- 226 LIMA, Baptista de — *Esposende até 1258. Divagações históricas*. Esposende, Livraria Espozendense Editora, 1931 (Separata de «O Espozendense»).
- 227 MACHADO, Manuel Ayres Falcão — *Esposende: monografia do concelho*. Esposende, 1951.
- 228 MATOS, Maria da Conceição Faria e — *A Vida rural na Apúlia*. «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa (15) 1973, p. 66-103.
- 229 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Apontamentos sobre Vila Chã*. Esposende, 1984.
- 230 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Esposende. Breve roteiro histórico*. Esposende, 1987.
- 231 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Manta de retalhos históricos: Esposende*. Esposende, 1984.
- 232 NEIVA, Manuel Albino Penteado — *Esposende: páginas de memórias*. Esposende, 1991.
- 233 SOARES, A. Franquelim S. Neiva — *Marinhas: monografia histórico-religiosa*. Marinhas, Edição da Fábrica da Igreja Paroquial de Marinhas, 1982.
- 234 VIEIRA, J. Silva — *Cadernos de apontamentos para a história do concelho de Esposende, 1.ª e 2.ª séries*. Esposende, Livraria Espozendense Editora, 1915-17.
- 235 VIEIRA, J. Silva — *Onomástico popular de Esposende. Alcunhas vulgares e tradicionais de várias pessoas desta vila e concelho*. Esposende, 1897 (col. Silva Vieira).
- 236 VIEIRA, J. Silva — *Ramalhete de canções populares colhidas no concelho de Esposende..., 2.ª ed.* Esposende, Livraria Espozendense Editora, 1924.
- periódicos**
- 237 *Boletim Cultural de Esposende*. Esposende, 1982.

Fafe, conc.

- 238 MONTEIRO, Miguel — *Fafe dos «brasileiros»*. Fafe, 1991.
- 239 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Fafe e o seu concelho*. Fafe, Edição da Câmara Municipal, s.d.
- 240 PEREIRA, Maria Palmira da Silva — *Fafe. Contribuição para o estudo da linguagem. Etnografia e folclore do concelho*. Coimbra, 1949 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- 241 PEREIRA, Ofélia Freitas Ribeiro Fernandes — *Monografia social da freguesia de Freitas (Minho)*. Lisboa, 1957 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).
- 242 SUMMAVIELLE, Maria Miquelina — *Santos padroeiros do concelho de Fafe*. Fafe, Câmara Municipal, 1989 (Cadernos culturais, 2).

Guimarães, conc.

- 243 ALMEIDA, Eduardo de — *Romagem dos séculos. I - O pão nosso de cada dia... Subsídios para a história económica de Guimarães*. Famalicão, 1923.
- 244 ALMEIDA, Jerónimo de — *Roteiro da cidade de Guimarães*. Guimarães, 1956 (3.ª ed.).

- 245 ALVES, José Maria Gomes — *Património artístico e cultural de Guimarães*. Guimarães, 1981.
- 246 AVICELLA: ANTOLOGIA SOBRE VIZELA E O SEU TEMPO. Porto, Edição de Maria José Pacheco e José Leite Dias de Freitas, 1984.
- 247 BRAGA, Alberto Vieira — *Administração seiscentista do município vimaranense*. Guimarães, 1953.
- 248 BRAGA, Alberto Vieira — *Curiosidades de Guimarães*. Guimarães, 1924.
- 249 BRAGA, Alberto Vieira — *De Guimarães: tradições e usanças populares*. Esposende, Livraria Esposendense, 1924.
- 250 CACHADA, Armindo — *Guimarães: roteiro turístico*. Guimarães, Zona de Turismo, 1992.
- 251 CALDAS, António José Ferreira — *Guimarães, apontamentos para a sua história*. Porto, Tip. de A. J. da Silva Teixeira, s.d. (2 vols.).
- 252 CARDOSO, Mário — *Citânia e Sabroso. Notícia descritiva para servir de guia ao visitante. (Numerosas fotografias de Martins Sarmento)*. Guimarães, Edição da Sociedade Martins Sarmento, 1930 (2.ª ed. 1965).
- 253 CARVALHO, A. L. de — *Guimarães de tempos idos*. Guimarães, 1947.
- 254 CARVALHO, A. L. de — *Guimarães em Ceuta*. S.l., Edição do Autor, s.d.
- 255 CONGRESSO HISTÓRICO DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA. 850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978). ACTAS. Guimarães, 1981-1982 (5 vols.).
- 256 DAMAS, Júlio — *Vizela, Tágilde e S. Gonçalo. Ensaio monográfico*. Braga, Edição do Autor, 1970.
- 257 DAMAS, Júlio — *Ad perpetuam... Achegas para a história dos povos do vale de Vizela*. Famalicão, 1965.
- 258 FERREIRA FALCÃO, Maria da Conceição — *Uma rua de elite na Guimarães medieval*. Guimarães, Câmara Municipal, 1989.
- 259 FERREIRA, Carolina Adelaide N. Scuto Veiga — *Monografia de São Miguel de Creixomil (Guimarães)*. Lisboa, 1945 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).
- 260 GUIMARÃES, Alfredo — *Guimarães: guia de turismo*. Guimarães, Edição da Câmara Municipal, 1950 (2.ª ed. 1953).
- 261 GUIMARÃES DO PASSADO E DO PRESENTE. [Guimarães], Câmara Municipal, 1985.
- 262 GUIMARÃES, J. G. Oliveira — *Guimarães e Santa Maria. História do culto de Nossa Senhora no concelho de Guimarães*. Porto, 1904.
- 263 LINO, António — *Monografia de Guimarães e o seu termo*. Lisboa, Edição do Instituto Fontes Pereira de Melo, 1984.
- 264 MORAIS, Maria Adelaide Pereira de — *Guimarães, terras de Santa Maria*. Guimarães, 1978.
- 265 PINA, Luís de — *Vimaranes*. Porto, 1929.
- 266 PINA, Luís de — *Uma monografia sobre Guimarães (séc. XIX)*. Coimbra, Coimbra Editora, 1942. Vicente/Revista de Guimarães, 1953.
- periódicos**
- 267 *Boletim de trabalhos históricos*. Guimarães, 1933.
- 268 *Revista de Guimarães*. Guimarães, 1884.
- 269 *Revista turística de Guimarães*. Guimarães, 1963.

Póvoa de Lanhoso, conc.

- 270 LIMA, Maria Clarice Graça — *Monografia de Travassos (Minho)*. Lisboa, 1962 (dactilografado; relatório de estágio do Curso do Serviço Social do I.S.S.S.L.).

- 271 FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro — *Maria da Fonte. A Heroína e o Mito. O Movimento e a Revolução*. Póvoa de Lanhoso, Associação Cultural da Juventude Povoense, 1991 (Cadernos Culturais, 1).
- 272 *No enxurro de Vieira... Não vai nele a Póvoa de Lanhoso! [Outrora serviu este castelo para fundar e defender a nacionalidade — Sirva ao menos hoje para manter e defender a integridade deste concelho]*. [Póvoa de Lanhoso], Câmara Municipal, 1940.
- 273 NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota — *O Inquérito de 1758 do P.º Luís Cardoso. Monografias I*. Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal, 1987.

Terras de Bouro, conc.

- 274 ANTUNES, Manuel de Azevedo — *Vilarinho da Furna. Uma aldeia afundada*. Lisboa, A Regra do Jogo Edições, s.d.
- 275 CONCELHO DE TERRAS DE BOURO. PATRIMÓNIO MONUMENTAL E ARTÍSTICO. S.I., s.n., s.d.
- 276 CORREIA, João Rosado — *Vilarinho da Furna. Paisagem em transformação*. Porto, 1971 (dactilografado; tese de licenciatura apresentada à Escola de Belas-Artes do Porto).
- 277 CUNHA, Arlindo Ribeiro da — *Santa Isabel do Monte*. Braga, Livraria Editora Pax, 1970.
- 278 DIAS, Jorge — *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*. Porto, Instituto para a Alta Cultura, 1948 (2.ª ed. 1983).
- 279 FERREIRA, José de Matos — *Thesouro de Braga descoberto no campo do Gerez. Com prefácio do Dr. José António de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro*. Braga, 1982.
- 280 NOVAES, Gladys — *Vilarinho da Furna. De aldeia a albufeira*. Lisboa, 1973 (dactilografado; tese de licenciatura apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina).
- 281 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Terras de Bouro*. Braga, 1980.
- 282 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Terras de Bouro e o seu concelho*. Terras de Bouro, Edição da Câmara Municipal, s.d.
- 283 PEREIRA, A. Gomes — *Toponímia dos concelhos de Terras de Bouro, Póvoa de Varzim e Vila do Conde*. Esposende, Livraria Esposendense, 1914.
- 284 SANTOS, Ademar Ferreira dos — *Terras do Bouro*. Terras do Bouro, Câmara Municipal, 1989.
- 285 SILVA, Domingos Maria da — *Os Búrios*. Terras de Bouro. Câmara Municipal, 1988.
- 286 SILVA, Domingos Maria da — *Entre Homem e Cávado em meados do séc. XVIII. Memórias paroquiais*. Braga, 1985.
- 287 SILVA, Domingos M. da — *Entre Homem e Cávado. 3. Monografia de Terras de Bouro*. Amares, 1958.
- 288 SILVA, Domingos Maria da — *A Fronteira da Portela do Homem e os Privilégios de Terras de Bouro*. Braga, 1984.
- 289 SILVA, Domingos Maria da — *Tipos e casos. O Labareda*. Terras de Bouro, Edição da Câmara Municipal, 1986.
- periódicos**
- 290 *Cadernos de Cultura*. Terras de Bouro, 1990.

Vieira do Minho, conc.

- 291 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Vieira do Minho. A Montanha e a água: Vieira na geografia, história e tradição*. Braga, Editora Pax, 1968.

- 292 VIEIRA, José Carlos Alves — *Vieira do Minho, notícia histórica e descritiva*. Vieira do Minho, Hospital João da Torre, 1923.

Vila Nova de Famalicão, conc.

- 293 ANAIS. ARQUIVO MUNICIPAL. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1989.
- 294 CARVALHO, Vasco César de — *Aspectos de Vila Nova*. [ms. 11 vols., Biblioteca Municipal].
- 295 FAMALICÃO PELO TEMPO FORA. Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal/ Divisão da Educação e Acção Social, 1989 [banda desenhada, 5 p.].
- 296 FERNANDES, Agostinho — *Vila Nova de famalicão, o seu passado e o seu futuro*. Vila Nova de famalicão, 1980.
- 297 FERNANDES, Maria Isabel de Sousa — *Monografia de Riba de Ave (Minho)*. Lisboa, 1956 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).
- 298 FERNANDO, Aurélio — *Riba d'Ave entre ambas as aves*. Famalicão, 1993.
- 299 IMAGENS FAMALICENSES. Vila Nova de famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva, 1955.
- 300 MARTINS, Mário da Costa; OLIVEIRA, António Cândido; e GARCIA, Camilo Lellis S. — *Páginas de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Edição da Associação Cultural Famalicense, 1986.
- 301 MEMÓRIAS DE VILA NOVA. 1 — A ÚLTIMA VERAÇÃO MONARQUICA. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1989.
- 302 MEMÓRIAS DE VILA NOVA. 2 — ROCHA CARVALHO. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1989.
- 303 O NOSSO CONCELHO: OBRA DE TODOS POR TODOS: VILA NOVA DE FAMALICÃO E AS SUAS INDUSTRIAS, COMÉRCIOS, PROFISSÕES LIBERAIS E AGRICULTURA. Vila Nova de Famalicão, Carlos Sousa Machado, 1947.
- 304 SÁ, António da Costa e — *S. Cristóvão de Cabeçudos, subsídios para uma monografia geral do concelho de Vila Nova de Famalicão*. [Vila Nova de Famalicão], Edição da Câmara Municipal, 1982.
- 305 SALGADO, Benjamim — *A Igreja do Divino Salvador de Joane. Apontamentos para a sua história*. Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal, 1978.
- 306 SALGADO, Benjamim — *Vila Nova Entre Dois Forais. Achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1967.
- 307 S. MARTINHO DO CAMPO, SEUS HOMENS, SUAS INICIATIVAS, SEUS PROGRESSOS. Vila Nova de Famalicão, s.n., s.d.
- 308 SILVA, António Joaquim Pinto da — *Imagens. Famalicão antigo*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1990.
- 309 SILVA, José Casimiro da — *Vila Nova de Famalicão e seu termo. Subsídios para uma monografia e roteiro turístico do Minho*. [Vila Nova de Famalicão], 1968.
- 310 SILVA, Maria Cândida de Azevedo e — *Subsídios para uma monografia do concelho de Vila Nova de Famalicão*. Coimbra, 1958 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- 311 SOARES, A. Franquelim Neiva — *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*. Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal, 1987.
- 312 VALORES PATRIMONIAIS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1975.
- 313 V. N. FAMALICÃO. Câmara Municipal — *Viver em Famalicão: guia do munícipe*. V. N. Famalicão, Câmara Municipal, 1992.

periódicos

- 314 *Boletim cultural. Câmara Municipal. Vila Nova de Famalicão, 1980.*

Vila Verde, conc.

- 315 ABREU, Leonídio de — *História, arte e paisagem do distrito de Braga: 1. Concelho de Vila Verde*. Braga, Junta Distrital, 1963.
- 316 ABREU, Leonídio de — *O Santuário do Alívio*. Braga, 1958.
- 317 ABREU, Leonídio de — *A Vila de Prado*. Braga, 1955.
- 318 ARAÚJO, António de Sousa — *Cervães e o Bom Despacho. Elementos para a história civil e religiosa da região*. Braga, Edição do Pároco da Paróquia do Salvador de Cervães, 1977.
- 319 ARAÚJO, António de Sousa — *Senhora do Amparo e S. Brás. Apontamentos monográficos*. Parada de Gatim (Vila Verde), 1972.
- 320 AZEVEDO, Correia de — *Monografia do concelho de Vila Verde. Amares, 1958.*
- 321 VILA VERDE. Câmara Municipal — *Concelho de Vila Verde: estudos sumários de planeamento: Plano director municipal*. Vila Verde, 1986.
- 322 MARQUES, António Pereira — *Valdreu. Apontamentos históricos sobre a mui nobre vila Balderedi*. Vila Verde, 1992.
- 323 NOGUEIRA, Ilda Farinha — *Monografia do concelho de Vila Verde (Minho)*. Lisboa, 1960 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).
- 324 REGALO, Henrique de Lemos — *Levantamento arqueológico do concelho de Vila Verde. Notícia preliminar*. Vila Verde, Câmara Municipal, 1987.
- 325 SILVA, Domingos M. da — *As Terras de Vila Verde do Minho no Dicionário Geográfico do Reino de Portugal até 1758*. Vila Verde, Câmara Municipal, 1985.

Distrito de Viana do Castelo

- 326 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Alto Minho*. Lisboa, Editorial Presença, 1987 (col. Novos Guias de Portugal).
- 327 ALMEIDA, Lúcia Machado de — *Passeio ao Alto Minho*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.
- 328 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho; PAÇO, Afonso do — *Roteiro poético do Alto Minho*. Viana do Castelo, Centro de Estudos Sociais e Etnográficos, 1989.
- 329 ARAÚJO, José Rosa — *Limiana*. Ponte de Lima, Límia, 1993.
- 330 ARAÚJO, José Rosa — *Serões*. Caminha, Caminiana, 1982-1990, 3 vol..
- 331 AURORA, Conde de — *Roteiro da Ribeira Lima. 3.ª Edição Revista e aumentada. Novos figurantes, personagens e fantasmas*. Porto, Edição Manuel Barreira, 1959.
- 332 CASTRO, Francisco Cyrne de — *Apontamentos para a história do Alto Minho*. Viana do Castelo, Notícias de Viana, 1973 (3 vols.).
- 333 DINIS, Calderon — *Minho. Viana do Castelo e seu distrito*. Lisboa, Editorial Publicações Turísticas, s.d.
- 334 COLÓQUIO (1.ª) GALAICO-MINHOTO. PONTE DE LIMA 1/5 DE SETEMBRO DE 1981. [Ponte de Lima], Associação Cultural Galaico-Minhota, [1983] (2 vols.).
- 335 COLÓQUIO (2.ª) GALAICO-MINHOTO. SANTIAGO DE COMPOSTELA. Santiago de Compostela, 1987 (2 vols.).
- 336 GOMES, António Luís — *Terras do Alto-Minho. Deslumbramento-realidades. Conferência realizada pelo... no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viana do Castelo, em 26 de Junho de 1954*. Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1955.

- 337 MORAIS, Laurinda Bernardino Teixeira de — *Ribeira-Lima*. Coimbra, 1955 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Geográficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- 338 NUNES, Henrique Barreto — *Félix Alves Pereira e a Arqueologia do Alto Minho. Uma breve introdução à sua obra*. Braga, 1984 (Separata da Revista «Terra de Val de vez», Arcos de Valdevez, 1 (4) 1982).
- 339 PAÇO, António Afonso do — *Maravilhas de Viana, monografia do Alto Minho*. Viana do Castelo, Edição do Autor, 1971.
- 340 PAÇO, António — *Os Melhores Ângulos do Alto-Minho (Distrito de Viana do Castelo)*. Viana do Castelo, 1970.
- 341 SAMPAIO, Francisco — *Alto Minho. Roteiro Turístico. Viana do Castelo*. Viana do Castelo, Comissão Regional de Turismo do Alto Minho, 1990.
- 342 SAMPAIO, Francisco — *Alto Minho: região de turismo*. Viana do Castelo, 1986.
- 343 VIANA, A. M[anuel] Couto — *Gentes e cousas d'Antre Minho e Lima*. Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1988.
- 344 VIANA, Manuel Couto — *Ferro velho. Memórias e estudos*. Viana, 1989.
- periódicos**
- 345 *Almanak do distrito de Viana do Castelo para 1894*. Viana, Tip. Silva Braga, 1893.
- 346 *Almanak de Viana do Castelo e seu districto — Comercial, burocratico, descritivo, corografico para 1896 (1.º ano da sua publicação)*. Viana do Castelo, Livraria Académica e Religiosa, 1896.
- 347 *Almanak de Viana do Castelo e seu districto: comercial, burocratico, descritivo, corografico e historico para 1898 (2.º ano da sua publicação)*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa, 1897.
- 348 *Almanak de Viana do Castelo e seu districto — Comercial, burocratico, descritivo, corografico e historico para 1899 (3.º ano da sua publicação)*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1898.
- 349 *Almanak vianense para o anno de 1900. Viana do Castelo e seu distrito*. Viana do Castelo, Liv. Progresso Vianense de João Baptista Domingues, 1900.
- 350 *Almanak vianense para o ano de 1901. Viana do Castelo e o seu distrito*. Viana do Castelo, Liv. Progresso Vianense de João Baptista Domingues, 1901.
- 351 *Almanach de Viana e seu distrito para 1905*. Viana do Castelo, Liv. de Eliseu Gonçalves Preza, 1905.
- 352 *Almanach de Viana e seu districto para 1906: contendo grande cópia de conhecimentos uteis para o Commercio, Industria e Burocracia*. Viana do Castelo, Vida Nova e Casa Editora de Eliseu Gonçalves Preza, 1906.
- 353 *Almanach de Viana e seu districto para 1907*. Viana, Liv. de Eliseu Gonçalves Preza, [1907].
- 354 *Almanach de Viana e seu districto para 1908*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1908.
- 355 *Almanach de Viana e seu districto para 1909*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1909.
- 356 *Almanach de Viana e seu districto para 1910*. Viana do Castelo, Liv. de Eliseu Gonçalves, [1910].
- 357 *Almanach de Viana e seu districto para 1911*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1911.
- 358 *Almanach de Viana e seu districto para 1912*. Viana do Castelo, Liv. Académica e Religiosa de Eliseu Gonçalves Preza, 1912.

- 359 *Anuário de Viana e seu distrito para 1925*. Viana do Castelo, António de Sá Dias e José Gonçalves, 1925.
- 360 *Anuário do distrito de Viana do Castelo 1932*. Viana do Castelo, Empresa Gráfica do «Notícias de Viana», 1932.
- 361 *Arquivo vianense*. Viana do Castelo, 1895.
- 362 *Arquivo do Alto Minho. Depositório de estudos e de documentos regionais*. Viana do Castelo, 1935-38-1983.
- 363 *Centro de Estudos Regionais. Boletim cultural*. Viana do Castelo, 1984.
- 364 *Lusa. Revista quinzenal ilustrada de investigações regionais, ciências e letras (Etnografia, filologia, arqueologia, história, crítica, literatura, etc.)*. Viana do Castelo, 1918-1919(?) (Director Cláudio Basto).

Arcos de Valdevez, conc.

- 365 BRITO, Raquel Soeiro de — *Uma Aldeia de montanha do Minho: o Soajo (Estudo de geografia humana)*. «Revista da Faculdade de Letras de Lisboa», Lisboa, 2.^a série, 18 (51) 1953, p. 88-132.
- 366 CODEÇO, Alberto — *Arcos. Ontem e Amanhã*. Arcos de Valdevez, Edição da Câmara Municipal, 1991.
- 367 CORREIA, J. — *Cidades e vilas de Portugal. Arcos de Valdevez e Valença*. Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de Famalicão, 1957.
- 368 GOMES, José Cândido — *As Terras de Vidoveãs. Memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*. Arcos de Valdevez/Guimarães, 1899-1903.
- 369 LOBO, Mário Tavarela — *Brasão da Vila de Arcos de Valdevez. (Esboço monográfico)*. Arcos de Valdevez, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, 1991.
- 370 NOVAIS, José Luís; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Armando B. Malheiro da — *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez, vol. 1*. Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 1989 (Separata de «Terra de Val de Vez», Arcos de Valdevez (10) 1987, p. 83-205).
- 371 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Soajo, uma aldeia diferente. «Cabeço de Montaria»*. Viana do Castelo, Junta Distrital de Viana do Castelo, 1970.
- 372 PAÇO, António — *Peneda Altar de Fé: monografia turística e religiosa da Peneda*. Arcos de Valdevez, Irmandade de Nossa Senhora da Peneda, 1975.
- 373 PINTOR, M. A. Bernardo — *O Recontro de Val-de-Vez. Onde foi?* Braga, 1977 (2.^a ed. melhorada).
- 374 PINTOR, M. A. Bernardo — *Santuário da Senhora da Peneda — Uma Jóia do Alto Minho*, S.l., s.n., 1976.
- 375 PINTOR, M. A. Bernardo — *São Bento do Cando na freguesia da Gavieira*. S.l., s.n., [1982].
- 376 PINTOR, M. A. Bernardo — *Senhora da Peneda — Senhora do Minho*. S.l., s.n., 1972.
- 377 SILVA, Armando B. Malheiro da; DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro; SILVA, Guilherme Rego da — *Casas armoriadas do concelho dos Arcos de Valdevez. Subsídios para o estudo da nobreza arcoense*, vol. 2. Arcos de Valdevez, Edição da Câmara Municipal, 1992 (Separata de «Terra de Val de Vez», 11, 1988, p. 77-177, e de «Terra de Val de Vez», 12, 1989, p. 85-156).
- periódicos**
- 378 *Almanaque arcoense*. Arcos de Valdevez, 1929 (diversos números).
- 379 *Serrana. Revista mensal — Arcos de Valdevez*. Ponte de Lima, 1924.
- 380 *Terras de Val de Vez, Boletim cultural*. Arcos de Valdevez, 1980.

Caminha, conc.

- 381 ALVES, Lourenço — *Monografia de Seixas*. [Seixas], Edição do Centro de Bem Estar Social de Seixas, 1988.
- 382 ALVES, Lourenço et al. — *Caminha e seu concelho (Monografia)*. Caminha, Edição da Câmara Municipal, 1985.
- 383 ALVES, Lourenço — *Ensaios monográficos «Serra d'Arga»*. Viana do Castelo, Notícias de Viana, 1983-1984.
- 384 ALVES, Lourenço — *Os Santos padroeiros do concelho de Caminha*. Caminha, 1984.
- 385 AZEVEDO, Cerqueira de — Subsídios para a história da vila de Caminha. (Artigos publicados no jornal «Notícias de Viana», nos anos de 1953/54, fotocopiados e coligidos em brochura pelo Autor).
- 386 BRITO, Luís Filipe Aviz de — *A Desembocadura do rio Minho nos tempos antigos. I - Parte — Seus mais recuados habitantes e quais os que denominaram o seu curso e o seu porto*. Caminha, Editorial Caminha, 1989.
- 387 CARVALHO, Manuel Raimundo Serra de — *Forais de Caminha: reprodução anastática com leitura, introdução, estudo, transliteração e notas de...* Caminha, Câmara Municipal, 1984.
- 388 CARVALHOSA, Adelino — *Uma Confraria no alto Minho no séc. XVIII (Nossa Senhora da Bonança)*. Caminha, 1988.
- 389 CORREIA, J. — *Cidades e vilas de Portugal. Caminha*. Vila do Conde, s.d.
- 390 CORREIA, Torcato Augusto — *Vilarelho*. Caminha, 1985.
- 391 CRUZ, Maria Alfreda — *Caminha. Evolução e estrutura duma antiga vila portuária*. Lisboa, 1967.
- 392 VASCONCELOS, Joaquim — *Roteiro do Vale do Âncora*. V. P. Âncora, Nuceartas, 1988.
- periódicos**
- 393 *Caminiana*. Caminha, 1979.

Melgaço, conc.

- 394 DOMINGUES, Maria de Jesus; SILVA, Armando B. Malheiro da — *Heráldica melgacense. Associativa, de domínio e eclesialística*. Melgaço, Câmara Municipal, 1989 (Cadernos, 5).
- 395 ESTEVES, Augusto César — *O Ensino da história de Melgaço na escola primária*. Melgaço, Tipografia Melgacense, 1960.
- 396 ESTEVES, Augusto César — *Melgaço e as invasões francesas, 1807-1814*. Melgaço, Tipografia Melgacense, 1960.
- 397 ESTEVES, Augusto César — *Melgaço, sentinela do Alto Minho. 1.ª Parte — Das Origens ao liberalismo. 1.ª vol.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1957.
- 398 ESTEVES, Augusto César — *Melgaço, sentinela do Alto Minho. 2.ª Parte — Melgaço e as lutas civis 1820-1910. 1.ª vol.* Melgaço, Tipografia Melgacense, 1959.
- 399 ESTEVES, Augusto César — *O meu livro das gerações de Melgaço, 2 vols.*, Melgaço, Edição da Nora do Autor, 1989-1991.
- 400 ESTEVES, Augusto César — *Organização judicial de Melgaço*. Melgaço, Tipografia Melgacense, 1955.
- 401 ESTEVES, Augusto César — *Santa Casa de melgaço*. Melgaço, Tipografia Melgacense, 1957.
- 402 GERALDES, Alice — *Castro Laboreiro e Soajo, habitação, vestuário e trabalho da mulher*. Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1979.
- 403 MANJARES DA NOSSA TERRA. Melgaço, Câmara Municipal, 1987 (Cadernos, 4).
- 404 MARQUES, José — *O Mosteiro de Fiães*. Braga, 1990.

- 405 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Castro Laboreiro, o drama da terra*. «Comunidade Portuguesa», Lisboa (10) 1968.
- 406 PINTOR, Manuel A. Bernardo — *Castro Laboreiro e seus forais*. Braga, 1965.
- 407 PINTOR, Manuel A. Bernardo — *Melgaço medieval*. S.l., 1975.
- 408 PINTOR, Manuel A. Bernardo — *Paróquia do Mosteiro de S. Salvador de Paderne (Alto Minho): costumeiro de 1720*. S.l., s.n., 1981.
- 409 POLANAH, Luís — *Castro Laboreiro de relance*. «Minia», Braga, 2.^a série, 2 (3) 1979, p. 198-22.
- 410 ROCHA, J. Marques — *Melgaço*. S.l., s.n., 1993.
- 411 RODRIGUES, Aníbal — *Pontes romanas e românicas de Castro Laboreiro*. Melgaço, Câmara Municipal, 1985 (Cadernos, 2).
- 412 VI CENTENÁRIO DA TOMADA DO CASTELO DE MELGAÇO, 3 e 4 de Março. Historial, textos e entrevistas das comemorações. Melgaço, Câmara Municipal/Região de Turismo do Alto Minho/Jornal «A Voz de Melgaço», 1991.
- 413 SILVA, Armando B. Malheiro da — *A Fortaleza de Melgaço: pedras e património*. Melgaço, Câmara Municipal, 1987 (Cadernos, 3).
- 414 SILVA, Armando B. Malheiro da — *O Mosteiro de S. Salvador de Paderne em demanda com os senhores da Quinta de Pontiselas (séc. XVIII). Subsídios para a genealogia dos «Mogueimas y Fajardo»*. Melgaço, Câmara Municipal, 1983 (Cadernos, 1).
- 415 SILVANO, Almeida — *As Águas de Melgaço. Notícia histórica e prática*. Valença, Tip. do Noticioso, 1896.
- 416 VAZ, Júlio — *A Gastronomia melgacense*. Viana do Castelo, Edição da Região de Turismo do Alto Minho, 1985.
- 417 VAZ, Júlio — *Na terra de INês Negra*. Braga, 1993.

Monção, conc.

- 418 CALDAS, João Afonso — *Monografia de São João de Longos Vales*. Braga, 1977 (2 vols.).
- 419 GOMES, José Garção — *Monção e seu alfoz na heráldica nacional*. Monção, 1969.
- 420 MARTINS JUNIOR, António Bento — *Em Terras de Deus Deus*. Monção, 1958.
- 421 NOTÍCIA E ENSAIO SOBRE AS ÁGUAS MINERAIS DA VILA DE MONÇÃO: CONTENDO O MELHORAMENTO ACTUAL DESTE SALUTÍFERO ESTABELECIMENTO. Monção, 1897.
- 422 ROCHA, J. Marques — *Monção. Uma monografia*. S.l., s.n., 1988.
- 423 NUNES, Henrique Barreto — *Textos monçanenses*. Braga, 1988.
- 424 PINHO, António — *O escudo de armas da vila de Monção*. Viana do Castelo, 1987.

Paredes de Coura, conc.

- 425 CORREIA, J. — *Cidades e vilas de Portugal. Paredes de Coura*. Vila Nova de Famalicão, 1957.
- 426 CUNHA, Narciso Cândido Alves da — *Paredes de Coura: no Alto Minho*. Paredes de Coura, Edição da Câmara Municipal, 1979 (1.^a ed. 1909).
- 427 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Terras de Coura*. Póvoa de Varzim, Edição do Autor, 1976.
- periódicos**
- 428 *Cadernos de Arqueologia e Património*, 1992.

Ponte da Barca, conc.

- 429 ARANTES, José Amaro — *Ponte da Baraca: breve inventário artístico*. Ponte da Barca, Câmara Municipal, 1985.

- 430 ABREU, João Gomes de — *Terras de Nóbrega (Notas históricas)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910.
- 431 BAPTISTA, António Martinho — *A Estátua-Menir da Ermida. Ponte da Barca. Portugal*. (Ponte da Barca), Câmara Municipal de Ponte da Barca/Parque Nacional da Peneda Gerês, s.d.
- 432 COSTA, Avelino Jesus da — *Freguesia de St.ª Marinha da Nóbrega (Barral)*. Braga, 1960.
- 433 LIMA, O RIO E A VIDA. Ponte da Barca, Edição da Câmara Municipal, 1986.
- 434 PEIXOTO, Joana Maria Rocha — *Monografia da Vila de Ponte da Barca*. Lisboa, 1949 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.S.L.).
- 435 CRUZ, Eduardo Cerqueira Machado — *Escritos inéditos ou dispersos*. [S.l.], 1985.

Ponte de Lima, conc.

- 436 ANDRADE, Amélia Aguiar — *Ponte de Lima: o espaço e as gentes*. Lisboa, 1985 (dactilografado; dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).
- 437 ANDRADE, Amélia Aguiar — *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- 438 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho — *Apologia a S. Julião do Freixo e suas damas de honor (Que são as freguesias circunvizinhas)*. Ponte de Lima, 1972.
- 439 ARAÚJO, Laurinda Fernandes de Carvalho — *Monografia de S. Julião do Freixo e estudo sucinto de Anais (St.ª Marinha de)*. Ponte de Lima, 1981.
- 440 AURORA, Conde de — *Monografia do concelho de Ponte de Lima*. Porto, Litografia Nacional, 1946.
- 441 BRITO, M. J. de — *Os Pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima*. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1918.
- 442 CÂMARA, João de Sousa — *Raizes da independência*. Braga, 1982 (apresenta documentação sobre o Mosteiro de St.ª Maria de Refoios).
- 443 REIS, António Matos e outros — *Subsídios para a história do convento de Refoios*. Viana do Castelo, Instituto Politécnico, 1988.
- 444 LEMOS, Júlio — *Os Anais municipais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1957.
- 445 LEMOS, Miguel Roque dos Reis — *Anais municipais de Ponte de Lima*. [Ponte de Lima], Edição da Câmara Municipal, 1977 (1.ª ed. 1936).
- 446 MENDOZA, Antonio Garcia — *Memoria oferecida à Câmara Municipal e habitantes do concelho de Ponte de Lima*. Braga, Tip. Lusitana, 1867.
- 447 MORAIS, Adelino Tito de — *Notas históricas sobre Ponte de Lima*. Viana do Castelo, 1982 (ver restante bibliografia monográfica do Autor no verso da folha de rosto deste trabalho).
- 448 NORTON, Tomás Mendes — *Monastère de Refojos do Lima*. Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888.
- 449 REIS, António Pais Matos dos — *Fundação de Ponte*. Ponte de Lima, 1976.
- 450 SARMENTO, Francisco Pereira Peixoto Ferraz — *Memória histórica*. Ponte de Lima, Biblioteca Pontelimensense, 1955.
- periódicos**
- 451 *Almanaque de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1906.
- 452 *Almanaque ilustrado de O Comércio do Lima, 1908*. Ponte de Lima, O Comércio do Lima, 1908.
- 450 *Almanaque de Ponte de Lima, 1910*. Ponte de Lima, Tip. Confiança, 1910.
- 451 *Almanaque de Ponte de Lima, 1923*. Ponte de Lima, Tip. Guimarães, [1924].

- 452 *Almanaque de Ponte de Lima, 1924*. Porto, A. Figueirinhas, 1924.
 453 *Almanaque de Ponte de Lima, 1927*. Ponte de Lima, Tip. Guimarães, [1928].
 454 *Almanaque de Ponte de Lima, 1933*. Viana do Castelo, Tip. Gutenberg, 1932.
 455 *Almanaque de Ponte de Lima, 1980*. Ponte de Lima, Edição da Câmara Municipal, 1980.
 456 *Arquivo de Ponte de Lima*. Ponte de Lima, 1980.
 457 *Limiana: revista literária pontelimense*. Ponte de Lima, 1912-1917.

Valença, conc.

- 458 CORREIA, J. — *Cidade e vilas de Portugal. Arcos de Valdevez e Valença*. Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de Famalicão, 1957.
 459 NEVES, Manuel Augusto A. Pinto — *Valença na história e na lenda*. Valença, Edição da Câmara Municipal, 1990.
 460 NOGUEIRA, Ibérico — *Valença*. Porto, Edições Roteq, 1949.
 461 OLIVEIRA, A. Lopes de — *Valença do Minho*. S.l., s.n., 1978.
 462 ROCHA, J. Marques — *Valença*. S.l., s.n., 1991.
 463 SILVA, Maria das Dores Marques da Costa Lopes da — *Valença do Minho (Vila e concelho), subsídios para uma monografia histórica*. Coimbra, 1952 (dactilografado; dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Viana do Castelo, conc.

- 464 ALPUIM, Maria Augusta de — *A Montanha dourada*. Viana do Castelo, Confraria de Santa Luzia, 1989 (2.^a ed.).
 465 ALVES, Lourenço — *A Comenda de Santa Maria de Carreço (Monografia)*. Viana do Castelo, Edição da Junta de freguesia e Comissão Fabriqueira de Carreço, 1989.
 466 BARBOSA, Vilhena — *Algumas freguesias do concelho de Viana do Castelo: Afife, Amonde, Areosa, Carreço, Alvarães, Capareiros, Cardielos, Carvoeiro e Darque*. Viana do Castelo, 1989.
 467 BARROS, Matias de — *Viana do Castelo, capital do Alto Minho*. Viana do Castelo, Edição do Autor, 1973.
 468 BOM JESUS, Fr. Manuel — *Memória sobre a vila de Viana do Minho*. «Jornal de Coimbra», Lisboa, 4 (17) 1813, p. 141-163.
 469 BOUÇAS, Francisco José Esteves — *Monografia da freguesia de S. Lourenço da Montaria do Arciprestado de Viana do Castelo*. Braga, 1942.
 470 CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela — *Viana do Castelo*. Lisboa, Editorial Presença, 1990.
 471 CARNEIRO, Armando — *Viana do Castelo: suas grandezas passadas e seu presente*. Porto, Edição de «Acção Nacional», s.d.
 472 CARNEIRO, Miranda — *Viana Mar. Palestra lida na sessão rotária de 27 de Janeiro de 1948 comemorativa do centenário da cidade de Viana do Castelo, no Grande Hotel de Santa Luzia*. Viana do Castelo, Rotary Club, 1948.
 473 CEPA, Manuel Martins — *Monografia de S. Miguel de Alvarães (Concelho, arciprestado e distrito de Viana do Castelo e arquidiocese de Braga)*. Braga, 1939.
 474 CERQUEIRA, Cruz — *Viana do Castelo*. Barcelos, Companhia Editora do Minho, s.d.
 475 CERQUEIRA, Cruz — *Viana do Castelo. Panorama estético*. Viana do Castelo, Edição do Autor, 1950.
 476 CORREIA, José António — *Viana do Castelo. História e descrição de monumentos*. Lisboa, Cidade de Portugal, s.d.

- 477 COUTINHO, Artur Rodrigues — *A Cidade de Viana no presente e no passado (Da Bandeira à Abelheira)*. Viana do Castelo, 1986.
- 478 COUTINHO, Pedro Magalhães Lançoz de Abreu — *A Freguesia de São Pedro de Subportela 1875-1899 (Ensaio de uma monografia histórica)*. Braga, s.d.
- 479 CRESPO, José — *Monografia de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1957.
- 480 CRESPO, José — *Viana do Castelo*. Porto, Edições Lusíada, 1960(?).
- 481 CUNHA, Sebastião Pereira da — *Serões de Portuzelo: 1928. Prefácio Tomás de Almeida Manoel de Vilhena*. Lisboa, 1928.
- 482 FERNANDES, Almeida — *Meadela: delimitação das freguesias. Origens da Igreja e da sua freguesia*. Viana do Castelo, Residência Paroquial, s.d.
- 483 FERNANDES, Francisco José Carneiro — *Viana monumental e artística. Espaço urbano e património de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, Edição do Grupo Desportivo Cultural dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1990.
- 484 FERNANDES, Laurentina Rodrigues — *Dem, terra atraçoada. Cultura, etnografia, história, literatura, folclore, toponímia, política*. Dem, Edição do Autor, 1985 (1.ª ed.).
- 485 FERNANDES, Laurentina Rodrigues — *Dem, no sopé da serra d'Arga*. Dem, Edição do Autor, 1988.
- 486 GONÇALVES, Gabriel A. M. — *Lanheses: subsídios para uma monografia*. [Lanheses], Edição do Autor, [1988].
- 487 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Arquivo Vianense: estudos e notas*. Viana do Castelo, Tip. André J. Pereira e Filho, 1895.
- 488 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Guia de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, A Aurora do Lima, 1923.
- 489 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Viana e Caminha*. Porto, Marques Abreu, 1924.
- 490 GUERRA, Luís Figueiredo da — *Viana do Castelo. [Esboço histórico]*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877.
- 491 LEMOS, Júlio de — *Viana dos meus amores. Edição especial comemorativa do centenário da cidade de Viana do Castelo para os clientes da Tipografia Viúva de José de Sousa*. Viana do Castelo, Tipografia Viúva de José de Sousa, 1948.
- 492 MEIRA, Avelino Ramos — *Afife (concelho de Viana do Castelo). Monografia*. Porto, Edição do Autor, 1945.
- 493 MESQUITA, Didimo — *Monografia de Forjães*. Viana do Castelo, Gráfica dos Rapazes, 1972.
- 494 SUBSÍDIOS PARA UMA MONOGRAFIA DE DARQUE: 10 DOCUMENTOS COPIADOS DO ARQUIVO MUNICIPAL. s.L., S.N., S.D.
- 495 TORRE, Olga Maria Maciel da — *Mujães, terra de Santa Maria*. Viana, 1989 (dactilografado; trabalho feito na Escola Secundária de Monserrate em Maio de 1989).
- 496 VIANA, Abel et al. — *Arquivo de Viana do Castelo: Repositório de estudos e curiosidades regionais*. Viana do Castelo, Empresa do Anuário do Distrito de Viana do Castelo, 1934.
- 497 VIANA, Abel — *Viana do Castelo, esborço monográfico*. Viana do Castelo, Oficinas Gráficas de A Aurora do Lima, s.d.
- 498 VIANA, Maria Fernanda Azevedo — *Monografia de Afife (Minho)*. Lisboa, 1951 (dactilografado; relatório de estágio do Curso de Serviço Social do I.S.S.L.).
- 499 VIANA DO CASTELO: ROTEIRO DO ESPÓLIO HISTÓRICO-SÓCIO-CULTURAL DA FREGUESIA DE MONSERRATE. Viana do Castelo, Junta de Freguesia, 1975.
- 500 VIEIRA, Carlos Miguel Carlindo — *S. Salvador da Torre na História da Ribeira Lima. Monografia*. Viana do Castelo, 1973.

periódicos

- 501 *Boletim da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, 1985.
- 502 *Cadernos vianenses. Notícia do passado e do presente da região de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, 1978.
- 503 *Limia: revista mensal ilustrada de letras, ciências e artes*. Viana do Castelo, 1900-1912.
- 504 *Mealibra*. Viana do Castelo, 2.ª série, 1987.
- 505 *Notícias de Viana: número especial dedicado a Viana e seu distrito*. Viana do Castelo, 1918.
- 506 *Revista Municipal de Viana do Castelo*. Viana do Castelo, 1985.
- 507 *Roteiro de Viana. Revista de cultura, investigação e divulgação*. Viana do Castelo, 1959-1988.

Vila Nova de Cerveira, conc.

- 508 DIOGO, José Leal — *Foral manuelino*. Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1978 (Coleção Para a história de Vila Nova de Cerveira).
- 509 DIOGO, José Leal — *Santa Casa da Misericórdia*. Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1979 (Col. Para a história de Vila Nova de Cerveira).
- 510 DIOGO, José Leal — *Inventário da heráldica concelhia*. Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1981 (Col. Para a história de Vila Nova de Cerveira).
- 511 DIOGO, José Leal — *Roteiro da Vila Nova de Cerveira*. Vila Nova de Cerveira, Câmara Municipal, 1983.



Edição da Câmara Municipal de Braga

Separata do Vol. XLIII
da Revista Cultural BRACARA AUGUSTA